

Documentos Técnicos

Portfólio Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Série Documentos Técnicos, nº 7

**Órgão Gestor da Política Nacional de
Educação Ambiental**

Portfólio
Órgão Gestor da Política Nacional
de Educação Ambiental

Série Documentos Técnicos, nº 7

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Brasília
2006

Série Documentos Técnicos

Série publicada pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, com o objetivo de divulgar ações, projetos e programas de educação ambiental voltados a políticas públicas de abrangência nacional.

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Ministério do Meio Ambiente

Ministra Marina Silva

Secretaria Executiva

Cláudio Langone

Diretoria de Educação Ambiental

Marcos Sorrentino

Ministério da Educação

Ministro Fernando Haddad

**Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
Diversidade**

Ricardo Henriques

Diretoria de Educação para a Diversidade e Cidadania

Armênio Bello Schmidt

Coordenação Geral de Educação Ambiental

Rachel Trajber

Apresentação

Educando para a cultura da sustentabilidade e da participação

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), no exercício de suas atribuições e competências, implementa programas e projetos desenhados no âmbito do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), inspirados no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

O Órgão Gestor possui a responsabilidade de coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental, que deve ser executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, pelas instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não-governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade, de acordo com o artigo 1º da Lei Federal nº 9.795/99.

Com isso, o horizonte a atingir é a estruturação de um sistema nacional de educação ambiental, implementado no marco da Política Nacional de Educação Ambiental, que seja integrado e descentralizado, embora flexível em função do diferenciado processo de maturação das experiências e aperfeiçoamento institucional, otimizando os inúmeros esforços já desenvolvidos na sociedade brasileira e evitando a dispersão dessas ações. Por sua vez, a coordenação da PNEA realizada de forma orgânica, propicia o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente e do Sistema Nacional da Educação, articulados a outros sistemas, como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, entre outros.

As ações em educação ambiental no país contam atualmente com entidades colegiadas no âmbito federal e estadual, para que o planejamento e gestão possam ser definidas democraticamente, com participação e controle social desde a elaboração à avaliação de políticas públicas em educação ambiental; como o Órgão Gestor da PNEA e seu Comitê Assessor na esfera federal, juntamente com a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, e a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) na esfera estadual, além dos espaços coletivos de organização social como as Redes de Educação Ambiental em suas múltiplas abrangências temáticas ou regionais.

A presente publicação objetiva apresentar as ações desenvolvidas pelo Órgão Gestor da PNEA, descrevendo seus objetivos e metodologias, com o intuito de propiciar a organicidade entre as iniciativas em educação ambiental implementadas pelos mais diversos setores sociais do país. A formação de educadores ambientais, a criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vidas), das Salas Verdes, dos Coletivos Educadores, e de Viveiros Educadores, a viabilização dos Municípios Educadores Sustentáveis, o fortalecimento dos Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA, a disponibilização de publicações e todas as demais ações aqui elencadas, representam a oportunidade de otimizar esforços, objetivando atingir a base populacional do território para alcançar a totalidade da sociedade brasileira, propiciando a formação de círculos de qualidade de vida e de aprendizagem coletiva para a cultura da participação e da sustentabilidade.

No primeiro bloco deste documento, apresentamos informações relativas às formas de organização para debater e tomar decisões sobre a educação ambiental no país: o Órgão Gestor da PNEA e seu Comitê Assessor, a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (CISEA), a Coordenação Geral de Educação Ambiental e os Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA, as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs), e as Redes de Educação Ambiental.

Na sessão seguinte, apresentamos os programas e projetos propriamente ditos, elaborados e implementados pelo Órgão Gestor, cuja essência está na perspectiva da mobilização, ação cidadã e organização social de educadores ambientais em torno de estruturas e processos educadores orgânicos e contínuos, que sejam compreendidos como elementos estruturantes para a implementação da PNEA e do ProNEA, enraizando as práticas de educação ambiental na sociedade brasileira.

A seguir, apresentamos algumas das ações destinadas ao fortalecimento das relações internacionais, no âmbito da educação ambiental. A esse respeito, apresentamos a página na Internet criada para fins de socialização e disponibilização de documentos, relatórios, artigos, livros e outras informações sobre a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), contexto no qual atualmente se encontra a reflexão sobre os programas internacionais de educação ambiental. Nessa sessão encontra-se ainda informações relativas ao Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental, ao qual o Órgão Gestor, por intermédio da Diretoria de Educação Ambiental, encontra-se vinculado.

No bloco seguinte apresentamos as duas iniciativas de gestão ambiental na administração pública entendidas como processos e estruturas educadores, a Agenda Ambiental na Administração Pública, no MMA e o Programa Institucional de Gestão Ambiental, a Com-Vida no MEC.

Por fim, na última sessão, apresentamos as modalidades de apoio e fomento à educação ambiental, seja por intermédio da concessão de chancela institucional da Diretoria de Educação Ambiental do MMA ou da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC; ou do apoio financeiro fornecido pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente ou pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, entidades que respectivamente atendem a essas demandas para a educação ambiental informal/não-formal e para o âmbito escolar.

Sumário

A estrutura do sistema nacional da educação ambiental	p.07
Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	p.09
Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental	p.11
Comissão Intersectorial de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente	p.12
Coordenação Geral de Educação Ambiental e Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA	p.13
Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental	p.14
Redes de Educação Ambiental	p.15
Os principais programas e projetos do Órgão Gestor	p.17
Programa Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil	p.19
Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais	p.21
Programa de Formação Continuada de Professores e Alunos	p.23
Programa de Formação de Líderes Sindicais como Educadores Ambientais	p.25
Programa Vamos Cuidar do São Francisco	p.27
Programa Municípios Educadores Sustentáveis	p.29
Programa de Educomunicação Socioambiental	p.31
Programa Vamos Cuidar do Brasil: Bioma Cerrado	p.33
Programa Juventude e Meio Ambiente	p.35
Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente	p.37
Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária	p.38
Projeto Sala Verde	p.40
Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento: piloto Piauí, Alagoas e Paraíba	p.42
Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental	p.43
Projeto "O que pensam as escolas que fazem educação ambiental"	p.45
Projeto "Mapeamento da educação ambiental no ensino superior"	p.46
Fortalecimento da educação ambiental nas relações internacionais	p.49
Diretório de Documentos sobre a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável	p.51
Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental	p.52
Enraizamento da Educação Ambiental nos Sítios RAMSAR	p.54
Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola	p.55
V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental	p.56
Gestão ambiental e educativa na administração pública: MMA e MEC	p.57
Agenda Ambiental na Administração Pública	p.59
Com-Vida MEC: Programa Institucional de Gestão Ambiental	p.61
As modalidades de apoio e fomento à educação ambiental	p.63
Fomento à Educação Ambiental	p.65
Concessão de Chancelas a Projetos de Educação Ambiental	p.69

A estrutura do sistema nacional da educação ambiental

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental foi criado a partir do artigo 14 da Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a responsabilidade de coordenar a Política Nacional de Educação Ambiental. Foi oficializado com o artigo 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

O Órgão Gestor possui três âmbitos de atribuições, definidos pelo artigo 15 da Lei nº 9.795/99:

- Definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional
- Articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental em âmbito nacional
- Participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental

Dirigido pelos ministros de meio ambiente e de educação, é representado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), instalada na Secretaria Executiva; e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA/MEC), instalada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

Segundo o artigo 3º do Decreto nº 4.281/2002, possui as seguintes competências:

- I – avaliar e intermediar, se for o caso, programas e projetos da área de Educação Ambiental, inclusive supervisionando a recepção e emprego dos recursos públicos e privados em atividades dessa área;
- II – observar as deliberações do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e do Conselho Nacional de Educação – CNE;
- III – apoiar o processo de implementação e avaliação da Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis, delegando competências quando necessário;
- IV – sistematizar e divulgar as diretrizes nacionais definidas, garantindo o processo participativo;
- V – estimular e promover parcerias entre instituições públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos, objetivando o desenvolvimento de práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre questões ambientais;
- VI – promover o levantamento de programas e projetos desenvolvidos na área de Educação Ambiental e o intercâmbio de informações;
- VII – indicar critérios e metodologias qualitativas e quantitativas para a avaliação de programas e projetos de Educação Ambiental;
- VIII – estimular o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando o acompanhamento e avaliação de projetos de Educação Ambiental;
- IX – levantar, sistematizar e divulgar as fontes de financiamento disponíveis no País e no exterior para a realização de programas e projetos de Educação Ambiental;
- X – definir critérios considerando, inclusive, indicadores de sustentabilidade, para o apoio institucional e alocação de recursos a projetos da área não formal;
- XI – assegurar que sejam contemplados como objetivos do acompanhamento e avaliação das iniciativas em Educação Ambiental:
 - a) a orientação e consolidação de projetos;
 - b) o incentivo e multiplicação dos projetos bem sucedidos; e,
 - c) a compatibilização com os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Cabe ainda ao Órgão Gestor, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 6º do Decreto nº 4.281/2002, estimular os fundos de meio ambiente e de educação, nos níveis federal, estadual e municipal, a alocarem recursos para o desenvolvimento de projetos em educação ambiental.

Para responder às demandas da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, o Órgão Gestor organizou-se de acordo com linhas de ação que conferem maior potencial de organicidade e viabilização de ações estruturantes.

A DEA/MMA desenvolveu as linhas de ação “Apoio à Gestão e Planejamento”, que promove ações destinadas ao âmbito do planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de programas e políticas nas três esferas de governo em sintonia com todos os setores sociais; a linha “Formação em Educação Ambiental”, relativa ao desenvolvimento de processos de formação continuada de educadores ambientais populares; e a linha “Comunicação para a Educação Ambiental”, voltada aos assuntos relativos à comunicação ambiental com caráter educador, atuando ainda na interface da informação e documentação, gerenciando tanto o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental - SIBEA como o Centro de Informação e Documentação Ambiental – CID-Ambiental.

Por sua vez, a CGEA/MEC criou o Programa “Vamos Cuidar do Brasil com as escolas: sistema de Educação Ambiental no ensino formal”, por meio do qual elabora e viabiliza políticas públicas que fortalecem o enraizamento da educação ambiental nos estados e municípios, contando com a parceria dos sistemas de ensino e instituições privadas. Como um sistema contínuo de implementação dessas políticas, a CGEA/MEC desenvolve a educação ambiental que abrange as dimensões:

- Difusa, realizando campanhas como as Conferências de Meio Ambiente nas Escolas com a participação da comunidade e populações tradicionais;
- Presencial, organizando ciclos de seminários nacionais, estaduais e locais de formação de professores e alunos para aprofundar conceitualmente temas relevantes sobre cidadania ambiental – Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas;
- Fomento a projetos, estimulando ações transformadoras nas escolas e comunidades – Educação de Chico Mendes; e
- Tecnológica, promovendo a inclusão digital por meio do apoio à iniciação científica com escolas – Ciências de Pés no Chão.

Esse sistema se fortalece na medida em que estimula o diálogo da escola com a comunidade e movimentos sociais por meio de um trabalho articulado de Secretarias de Educação, ONGs, e Coletivos Jovens de Meio Ambiente, que atuam na criação e implementação de Com-Vidas – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas. Todas as suas dimensões são retroalimentadas com conteúdos ligados às questões socioambientais relevantes e atuais, globais e locais, que propõem uma reorientação dos estilos de vida coletivos e individuais na perspectiva de uma ética de solidariedade, cooperação, democracia, justiça social, liberdade e sustentabilidade.

Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

O Comitê Assessor foi criado com o artigo 4º do Decreto nº 4.281/2002, com a função de assessorar o Órgão Gestor no planejamento e avaliação de diretrizes e ações relativas ao processo de implementação da PNEA. O Comitê Assessor é uma instância de controle social dessa política pública, e uma das vias para o enraizamento da educação ambiental no Brasil.

Instalado em 17 de julho de 2003, enquanto instrumento da PNEA, o Comitê Assessor tem exercido papel relevante na consulta pública do ProNEA, no processo de institucionalização do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA), e na elaboração do modelo de Decreto da criação das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs).

Os trabalhos desenvolvem-se em reuniões presenciais semestrais e através da interação à distância com o Órgão Gestor. Estão instituídos grupos de trabalho correspondentes às demandas do Órgão Gestor, que discutem e deliberam internamente sobre instrumentos institucionais legais, comunicação, relações internacionais e formação de educadoras e educadores ambientais.

Sua composição compreende a representação, por um titular e um suplente, de treze setores da sociedade, com direito a voto, e cinco setores na qualidade de convidados especiais, a saber:

Membros:

I - Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental – CIEAs

II - Setor Produtivo Patronal

- *Confederação Nacional do Comércio – CNC*
- *Confederação Nacional das Indústrias – CNI*
- *Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA*

III - Setor Produtivo Laboral

- *Central Única dos Trabalhadores – CUT*
- *Força Sindical*
- *Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT*

IV - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG

V - Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

VI - Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA

VII - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

VIII - Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA

IX - Conselho Nacional de Educação – CNE

X - União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME

XI - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA

XII - Associação Brasileira de Imprensa – ABI

XIII - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Estado de Meio Ambiente – ABEMA

Convidados:

Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA

Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental – RUPEA

Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais – FBOMS

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPED

Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS

Comissão Intersectorial de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente

A Comissão Intersectorial de Educação Ambiental (CISEA) foi criada pela Portaria Ministerial nº 269, de 26 de junho de 2003, com a finalidade de promover o fortalecimento e a articulação das ações de educação ambiental desenvolvidas pelas cinco secretarias do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria Executiva – SECEX, Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – SDS, Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – SQA, Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF, Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, Secretaria de Recursos Hídricos – SRH) e suas três entidades vinculadas (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Agência Nacional das Águas – ANA e Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ).

Estabelecer o diálogo entre os distintos setores do ministério e entidades vinculadas é fundamental para criar sinergia nas ações, otimizar recursos e estabelecer diretrizes para os programas e projetos de Educação Ambiental desenvolvidos de forma integrada às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental, ampliando as possibilidades educadoras potencialmente presentes nas diversas políticas e ações do MMA.

Durante seus dois anos e meio de funcionamento esse colegiado realizou reuniões mensais e algumas ações, das quais destacamos a participação e colaboração para a elaboração do ProNEA, o mapeamento das ações de educação ambiental desenvolvidas nos setores, o apoio à implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, estudos de caso bimestrais, e o desenvolvimento da pesquisa, em parceria com o Laboratório de Psicologia Social e Intervenção da USP, sobre “O que o MMA pensa e faz em educação ambiental”.

Coordenação Geral de Educação Ambiental e Núcleos de Educação Ambiental do IBAMA

O IBAMA, com base nos princípios do reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, da interdisciplinaridade, da participação e da descentralização, exerce suas funções na área de Educação Ambiental, por intermédio da Coordenação Geral de Educação Ambiental e dos Núcleos de Educação Ambiental, em duas vertentes básicas:

- Apoio ao sistema educacional formal para inserção da temática ambiental nos currículos; e
- Desenvolvimento de ações educativas no processo de gestão ambiental, através dos seus Núcleos de Educação Ambiental, Unidades de Conservação e Projetos de Manejo de Fauna, voltadas aos diferentes segmentos sociais.

Denominando a proposta como “educação no processo de gestão ambiental”, onde o controle social na elaboração e gestão das políticas públicas se torna o eixo estruturante, por meio da participação permanente dos cidadãos de forma coletiva, o IBAMA utiliza instrumentos como capacitação de gestores e educadores ambientais e produção e divulgação de materiais educativos como vídeos e livros, direcionados para multiplicadores e públicos específicos das comunidades envolvidas. Respeitando os princípios já mencionados, as ações de educação ambiental do IBAMA são desenvolvidas em parceria com universidades, órgãos integrantes do SISNAMA, secretarias estaduais e municipais de educação e entidades da sociedade civil.

As ações para operacionalização do ProNEA se apóiam em três linhas de ação que se interrelacionam:

A Capacitação consiste num conjunto de ações destinadas à formação de massa crítica de técnicos e educadores que atuam nos Órgãos de Meio Ambiente e de Educação e ao apoio à participação, individual e coletiva, no processo de gestão ambiental.

O Desenvolvimento de Ações Educativas contempla um conjunto de ações destinadas a estimular e apoiar a participação dos diferentes segmentos sociais na formulação de políticas para o meio ambiente, bem como na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio natural, social e cultural.

O Desenvolvimento de Instrumentos e Metodologias reúne um conjunto de ações voltadas para apoiar a realização de experiências em educação ambiental formal e não formal e para a elaboração e difusão de materiais educativos; visando abordar a dimensão ambiental, de modo interdisciplinar, nos currículos escolares, bem como instrumentalizar a sociedade para participar no processo de gestão ambiental.

A meta é tornar o espaço da gestão ambiental como lugar de ensino-aprendizagem para propiciar condições à participação individual e coletiva, nos processos decisórios sobre o acesso e uso dos recursos ambientais no país. Ações educativas são coordenadas e executadas pelos Núcleos de Educação Ambiental das Gerências Executivas nas unidades federativas e alguns centros especializados, com os grupos sociais relacionados com unidades de conservação, ordenamento de recursos florestais e pesqueiros, licenciamento ambiental, prevenção de desmatamento e incêndios florestais, proteção e manejo da fauna, pescadores, catadores de caranguejo, marisqueiras, ribeirinhos, produtores rurais, assentados da reforma agrária, grupos sociais afetados por impactos ambientais e/ou riscos ambientais e tecnológicos, técnicos e gestores ambientais, e outros segmentos sociais afetados pelas atividades de gestão ambiental de responsabilidade do IBAMA.

Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental

As Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) são espaços públicos colegiados instituídos pelo poder público estadual. Com o papel de mapear a situação da educação ambiental no âmbito de sua unidade federativa, promover o intercâmbio de informações, o debate de opiniões e a sistematização de propostas de ação, podem aproximar a diversidade dos atores sociais do campo da educação ambiental, estimulando e apoiando a participação, o controle social e a democratização do acesso de todos à formulação, implementação e avaliação de projetos, programas e políticas públicas estaduais.

Devem ainda, em parceria com o Órgão Gestor, apoiar a descentralização da gestão e planejamento da educação ambiental, incentivando a criação de espaços públicos colegiados nos municípios do âmbito da unidade federativa, que sejam democráticos e representativos.

Articulando entidades governamentais e não-governamentais, as CIEAs são instâncias interlocutoras das suas respectivas unidades federativas junto ao governo federal nos assuntos pertinentes à educação ambiental e têm a importante missão de indicar, entre todas as comissões existentes no país, um representante para compor o Comitê Assessor do Órgão Gestor. Ao serem legalmente constituídas por decreto governamental ou lei estadual, tornam-se parte do SISNAMA pois institucionalizam a educação ambiental nos estados e no distrito federal, e são parte essencial do sistema nacional de educação ambiental.

Trabalhando em sintonia com a PNEA e o ProNEA, as CIEAs são protagonistas na elaboração e implementação, em seus respectivos estados, da Política e do Programa Estaduais de Educação Ambiental, de forma descentralizada, democrática e participativa. No mesmo sentido, têm a função de planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e articular a execução das ações de educação ambiental nos estados, promovendo a ação coordenada da educação ambiental nas três esferas de governo e colaborando com a tarefa de transversalizar a temática ambiental nos governos e na sociedade.

Redes de Educação Ambiental

As Redes de Educação Ambiental representam novos modelos de organização social, com forte expressão no país e são importantes interlocutoras do Órgão Gestor da PNEA. Sua característica principal está na opção cultural pela organização a partir de uma estrutura horizontal, onde o poder não é centralizado hierarquicamente na forma piramidal das clássicas estruturas verticais, mas é difuso e partilhado entre as entidades nelas conectadas. Nesse sentido, funcionalmente, existem entidades nas redes que atuam como Elos Facilitadores, que trabalham como secretarias executivas para a gestão das atividades.

Enquanto novas configurações institucionais, as redes vivenciam o desafio prático entre a inserção no mundo ideal e no mundo real, manifestado pelo exercício cotidiano da criação do novo modelo organizacional que enfatiza a radicalização da autonomia, com a continuidade contemporânea da necessidade da representatividade política dos movimentos sociais na conquista de seus direitos. Elas são caracterizadas pela conectividade entre as entidades e pessoas físicas, com o exercício da multi-liderança e co-responsabilidade individual como elementos necessários ao seu funcionamento, e tem como maiores atribuições, a circulação de informações por todo circuito da rede, a potencialização de parcerias e a realização do exercício do controle social através da mobilização e da participação.

Atualmente existem no Brasil inúmeras Redes Estaduais, Regionais/Locais e Temáticas de Educação Ambiental, articuladas na Rede Brasileira de Educação Ambiental, que se encontram em pleno processo de expansão.

Os principais programas e projetos do Órgão Gestor da PNEA

Programa Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil

A educação ambiental contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis, missão do ProNEA, exige a participação democrática dos cidadãos na implementação de políticas públicas e na articulação coordenada das ações de educação ambiental.

Nesse sentido, cabe ao poder público não apenas escutar atentamente os anseios da sociedade para construir políticas públicas coerentes com a realidade socioambiental, mas também colaborar para garantir as condições ideais de existência de espaços públicos coletivos e representativos que possibilitem o debate democrático destinado à formulação e implementação participativa dessas políticas.

Objetivos

O Programa Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil visa potencializar a educação ambiental em todas as regiões e territórios do país e contribuir para o empoderamento dos distintos atores e atrizes que atuam em educação ambiental, educação popular, comunicação ambiental e mobilização social. Essa ação processual caminha em duas perspectivas: a da **articulação** – entre pessoas, instituições e coletivos e colegiados – e a da **capilaridade** – chegar à totalidade da população.

Para isso, o Programa assume os seguintes objetivos:

- Instaurar e potencializar articulações entre todos os segmentos que trabalham com educação ambiental, buscando simultaneamente aproximar-se daqueles que ainda não têm nela uma pauta de atuação, trazendo a compreensão de uma política coordenada e criando uma estrutura em rede capaz de fortalecer a ação educativa e possibilitar que ela chegue a todos os brasileiros e brasileiras;
- Fortalecer as CIEAs e as Redes de Educação Ambiental, tornando-as protagonistas no processo de discussão, elaboração e implementação das Políticas e dos Programas Estaduais e Municipais de Educação Ambiental em sintonia com a PNEA e com o ProNEA;
- Apoiar e incentivar o diálogo entre as diversas instâncias do poder público e a sociedade, ampliando a participação dessa na formulação e implementação de políticas públicas; e
- Promover sinergia entre as ações, projetos e programas de educação ambiental do Órgão Gestor da PNEA e dos estados e municípios, advindos do governo e da sociedade.

Metodologia

O Órgão Gestor da PNEA mantém um diálogo constante e permanente, presencial e à distância, com seus parceiros nos estados para a criação e fortalecimento de espaços e estruturas educadoras. A interlocução é feita com as CIEAs, Salas Verdes, Centros de Educação Ambiental (CEAs), Núcleos de Educação Ambiental (NEAs/IBAMA), Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vidas), Escolas, Conselhos Estaduais, Coletivos Jovens, entre outros. Além disso, são disponibilizados instrumentos de apoio à gestão das políticas públicas, como o ProNEA, publicações em Documentos Técnicos e acesso ao Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA).

O que buscamos

- Políticas e Programas Estaduais e Municipais de Educação Ambiental construídos ou revisados de forma participativa, democrática e descentralizada nas 27 unidades federativas;
- Mapeamento do estado da arte da educação ambiental e intercâmbio de experiências e reflexões que subsidiem políticas públicas na área, por meio da parceria entre a CIEA, sociedade civil, Rede de Educação Ambiental e municípios;
- Fóruns e Conferências Estaduais de Educação Ambiental ou de Meio Ambiente antecedendo e articulados com os eventos de âmbito nacional;
- Atuação sintonizada dos órgãos e instituições do campo da educação ambiental, especialmente das secretarias de educação e de meio ambiente;

- Redes Regionais, Estaduais, Municipais e temáticas de educação ambiental criadas ou fortalecidas em todas as unidades federativas;
- A CIEA como parceira na elaboração e execução de projetos para o Fundo Nacional de Meio Ambiente e para os Fundos Socioambientais regionais e setoriais;
- Estímulo à descentralização das CIEAs através da criação de comissões regionais ou setoriais nas unidades federativas;
- Estímulo ao diálogo e à articulação entre CIEAs, Redes, NEAs/IBAMA, Coletivos Jovens e Coletivos Educadores nas unidades federativas.

Alguns resultados até o momento

- I Encontro Nacional das CIEAs (Brasília - setembro de 2003);
- 1o Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental, reunindo técnicos das secretarias de educação e de meio ambiente de todos os estados e capitais do país, do qual resultou o Compromisso de Goiânia; (Goiânia - abril de 2004);
- Parceria com a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e organizações do estado de Goiás, para a realização do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (novembro de 2004);
- Lançamento da 3ª edição do Programa Nacional de Educação Ambiental, resultado do processo de consulta pública nacional; e
- II Encontro Nacional de CIEAs, que resultou na Carta de Salvador, com recomendações e diretrizes para o funcionamento e sustentabilidade dessas comissões (Salvador - junho de 2005).

Panorama do Programa de Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil – 2005

- 22 unidades federativas possuem CIEA e cinco possuem um grupo pró-CIEA
- Duas unidades federativas em processo de descentralização da CIEA
- 14 unidades federativas possuem Programa Estadual de Educação Ambiental
- cinco unidades federativas possuem Política Estadual de Educação Ambiental
- 16 unidades federativas possuem pelo menos uma Rede de Educação Ambiental
- 27 unidades federativas possuem Conselho Estadual de Meio Ambiente, e cinco possuem Câmara Técnica de Educação Ambiental permanente
- 27 unidades federativas possuem NEAs/IBAMA

Informações adicionais: <http://enraizamento.cjb.net>

Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais

O desafio de construir uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente para a sustentabilidade envolve a promoção de mudanças que percolem o cotidiano de todos os indivíduos e instituições. Nesse sentido, a concepção pedagógica da educação ambiental objetiva a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental, potencializando o papel da educação para as necessárias e inadiáveis mudanças culturais e sociais de transição societária em direção à sustentabilidade.

Este programa consiste na potencialização de processos de formação de educadoras e educadores ambientais, por intermédio do estabelecimento de articulações entre instituições que atuam com atividades socioambientais de caráter pedagógico. Consiste também na harmonização de interesses entre as instituições ofertantes e demandantes de processos formativos em educação ambiental que contribuam na criação de sociedades sustentáveis.

Objetivos

- Contribuir para o surgimento de uma dinâmica nacional contínua de formação de educadoras(es) ambientais, a partir de diferentes contextos, que leve à formação de uma sociedade brasileira educada e educando ambientalmente;
- Apoiar e estimular processos educativos que apontem para a transformação ética e política em direção à construção da sustentabilidade socioambiental;
- Fortalecer as instituições e seus sujeitos sociais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos formativos, ampliando o envolvimento da sociedade em ações socioambientais de caráter pedagógico; e
- Contribuir na estruturação de um observatório em rede voltado à formação de educadoras(es) ambientais.

Metodologia

Para que a formação de educadoras(es) ambientais seja ampla, democrática e efetiva, foi desenvolvida uma arquitetura de capilaridade, de modo a garantir que os processos e articulações percolem todo o tecido social.

Essa arquitetura é planejada em cada contexto socioambiental (biomas, bacias hidrográficas, territórios, estados, regiões, municípios, segmentos sociais e outros), o que propicia o trabalho com os grupos denominados PAP – Pessoas que Aprendem Participando que, articulados, seguem a metodologia da Pesquisa-Ação-Participante. Essa proposta refere-se ao procedimento democrático e participativo de diagnosticar e interpretar a realidade, sonhar sua transformação, planejar intervenções educacionais, implementá-las e avaliá-las.

O primeiro grupo – PAP 1, é a própria equipe do Órgão Gestor da PNEA; o segundo é composto pelas pessoas das instituições formadoras que compõem o Coletivo Educador – PAP 2, o terceiro pelas(os) Formadoras(es) de Educadoras(es) Ambientais Populares – PAP 3, e o quarto pelas(os) Educadoras(es) Ambientais Populares – PAP4, que animam as Com-Vidas – Comunidades de Aprendizagem e Qualidade de Vida e as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas, círculos de cultura e aprendizado na ação pela melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente.

O papel do PAP1 é apoiar e subsidiar a estruturação e planejamento das atividades do Coletivo Educador, que pode ser constituído por educadoras(es) de diferentes instituições que desenvolvam ações formativas no campo da educação ambiental, educação popular, comunicação ambiental, formação de professores, extensão rural, formação técnica socioambientalista, entre os mais diferentes setores. Seu papel é promover a articulação de políticas públicas, reflexões críticas, aprofundamento conceitual, instrumentalização para a ação, proatividade dos seus participantes e articulação institucional, visando

a continuidade e sinergia de processos de aprendizagem de modo a percolar, de forma permanente, todo o tecido social do território estipulado.

A formação de PAP3 é empreendida pelo Coletivo Educador. O mapeamento das experiências sociais disponíveis permite que se perceba a existência de grupos de ação-reflexão no contexto, que já vêm enfrentando uma determinada problemática socioambiental, sendo que esses são potenciais PAP4. Os processos de formação continuada estendem-se desde o planejamento até a avaliação das intervenções educacionais de PAP3 e PAP4. O delineamento da arquitetura de capilaridade passa por conhecer esses grupos, entender seus desafios e potencializá-los na perspectiva dos grupos PAP.

A consolidação dos processos formativos é entendida como a articulação dos grupos PAP2, 3 e 4 na sistematização, orientação, animação e subsídio aos diversos processos formadores. Entende-se esse espaço coletivo como um observatório da formação de educadoras(es) ambientais.

A quantidade de pessoas a serem formadas em cada grupo PAP depende do tamanho do público que se pretende alcançar, dos recursos disponíveis, da disponibilidade de acompanhamento dos educandos(as) e das condições para atuação do educador na base. O ideal é que cada bairro, assentamento, comunidade, setor produtivo, possua um(a) ou mais educadoras(es) ambientais trabalhando pela mobilização de grupos reflexivos e ativos na transformação socioambiental para a sustentabilidade.

Movimentos

- 1º - Estabelecimento de parcerias para a constituição do Coletivo Educador;
- 2º - Socialização, apropriação e detalhamento contextualizado da proposta;
- 3º - Processos de formação de educadoras(es) ambientais;
- 4º - Constituição de um observatório dos processos formadores de educadoras(es) ambientais capaz de articular e alimentar continuamente esses processos e políticas públicas.

Os Caminhos

Apesar de haver inicialmente a participação direta do Órgão Gestor da PNEA, a intenção é promover uma continuidade auto-gerida, perene e sustentável. Para isso se propõe um conjunto de procedimentos entendidos didaticamente em 4 processos educacionais, 3 eixos formadores e 3 modalidades de ensino, que chamamos metaforicamente de estratégia 4-3-3 (em alusão à tática de futebol).

Os **4 processos educacionais** são a Formação de Educadoras(es) Ambientais, a Educomunicação Socioambiental, a Educação através da escola e de outros espaços e estruturas educadoras, e a Educação em Foros e Coletivos.

Os **3 eixos pedagógicos** são o acesso a conteúdos e processos formadores através de cardápios, a constituição e participação em Comunidades Interpretativas e de Aprendizagem; e a elaboração, implementação e avaliação de intervenções educacionais como práxis pedagógica.

As **3 modalidades de ensino/aprendizagem** são a educação presencial, a educação a distância, e a educação difusa.

Alguns processos em desenvolvimento

- Programa de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais nos Municípios da Bacia do Paraná III, entorno do Parque Nacional do Iguaçu e Área de Influência da Itaipu Binacional
- Programa de Formação em Educação Ambiental no Pantanal
- Programa de Formação em Educação Ambiental no Estado de São Paulo
- 22 Coletivos Educadores aprovados pelo Edital nº 05/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente

Programa de Formação Continuada de Professores e Alunos

No Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar em 2000, o documento que ficou conhecido como Compromisso de Dakar considerou a educação para a sustentabilidade ambiental “um meio indispensável para participar nos sistemas sociais e econômicos do século 21 afetados pela globalização”. Esse espírito converge com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, construído pela sociedade civil no Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais desde a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. A ampliação de uma Educação para a Sustentabilidade Ambiental é agora reforçada quando as Nações Unidas, por meio da Resolução nº 57/254, declararam a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005 a 2014).

Nesse contexto, um novo marco para a consolidação e o enraizamento da educação ambiental no país se dá com o Órgão Gestor da PNEA. Na educação formal, esse órgão tem o desafio de apoiar professores a se tornarem educadores ambientais abertos para atuarem em processos de construção de conhecimentos, pesquisa e intervenção educacional com base em valores voltados à sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (ecológica, ambiental, social, econômica, cultural, política, ética, territorial).

A CGEA/MEC, assume a responsabilidade de interagir com todas essas escolas, contribuindo inicialmente para o adensamento conceitual das questões socioambientais em suas dimensões de conhecimentos científicos, políticas públicas e das propostas de ações que ajudem a promover intervenções pertinentes com foco na melhoria da qualidade de vida.

Objetivo geral

Construir um processo permanente de educação ambiental que promova um círculo virtuoso de busca de conhecimento, pesquisa e geração de saber, com uma ação transformadora nas comunidades locais.

Objetivos específicos

- Implantar na educação formal, a dimensão ética, política, científica, pedagógica e estética da educação ambiental;
- Incentivar a formação continuada de professores e alunos estimulando o surgimento de novas lideranças ambientalistas nas escolas; e
- Promover a inclusão digital nas escolas e comunidades, nas atividades de pesquisa, planejamento e implementação de projetos e ações.

Estruturação e desenvolvimento do Programa

Em termos estratégicos, integrando o ProNEA com os resultados da I Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e com os Parâmetros em Ação: Meio Ambiente na Escola (PAMA), foi criado o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, ação presencial para potencializar o enraizamento da educação ambiental a partir de uma ética ecológica que promova transformações empoderadoras dos indivíduos, grupos e sociedades. Portanto, o aprofundamento conceitual e prático é trabalhado em função das seguintes práticas:

- Prover materiais instrucionais que permitam o acesso à informação e ao conhecimento;
- Criar instâncias regulares de debates, pesquisa e ação nas escolas para a produção de conhecimentos locais significativos; e
- Fomentar a relação escola-comunidade, facilitada pela Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – Com-Vidas.

Para a implementação da formação ambiental continuada, a arquitetura de capilaridade envolveu, em

2004 e 2005, Seminários de Formação I (nacional) com 162 participantes, Seminários de Formação II (estaduais) – 26 encontros estaduais totalizando 2.266 pessoas de diversos segmentos e, Seminários de Formação III (locais), com 472 eventos que atingiram 13.512 escolas, 25.800 professores e 21.964 alunos. O Órgão Gestor da PNEA propôs uma ampliação dos Seminários de Formação III nos pólos de alguns dos Estados que compõe a Bacia do São Francisco (BA, MG, PE, SE e AL), considerando o Programa de Revitalização do Rio São Francisco, uma integração das políticas públicas do governo federal. A amplitude territorial da Bacia e sua importância estratégica nacional colocaram o amplo desafio de pensar a educação como um importante fator de desenvolvimento da região, introduzindo metodologias de ensino que contemplem a diversidade ambiental e da população assegurando no curto prazo resultados satisfatórios em termos de indicadores sociais.

Para trabalhar com os alunos, jovens-formadores (no princípio jovem educa jovem) trabalham a construção da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – Com-Vida. A Com-vida propõe uma nova organização na escola com foco na Educação Ambiental cujo objetivo é o debate coletivo para a construção de projetos, elaboração da Agenda 21 e organização de conferências, dando suporte às atividades curriculares e extra-curriculares das escolas, tornando a ação efetiva e sustentável. Até o momento, já foram implantadas 4.136 Com-Vidas nas escolas em todo país.

Estes ciclos de seminários FI, FII e FIII, a II Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente em 2006 e a constituição e fortalecimento das CIEAs, consolidaram as equipes locais e os segmentos que as compõe, como nossos interlocutores e responsáveis pela institucionalização da educação ambiental em cada estado.

Dando continuidade a este processo de fortalecimento, a CGEA/MEC, em 2006, publica uma resolução pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, regulamentando a transferência de recursos do Plano Plurianual para que os estados, em parceria com a UNDIME, universidades e ONGs desenvolvam uma política estadual de formação continuada de professores.

Se por um lado, a descentralização de recursos empodera estes atores a realizarem parcerias fortalecendo políticas locais de educação ambiental, por outro, o governo federal estimula a produção e utilização de materiais didáticos com metodologia diversificadas que relevam os temas socioambientais regionais e locais. Dessa forma, promovemos o contínuo movimento do círculo virtuoso da educação ambiental na escola, para seu enraizamento e sua autonomia na elaboração de políticas solidárias.

Informações adicionais: www.mec.gov.br - seção de Educação Ambiental

Programa de Formação de Líderes Sindicais como Educadores Ambientais

Os trabalhadores e as trabalhadoras são sujeitos fundamentais no processo de produção, circulação e consumo de mercadorias. A transformação dos recursos extraídos da natureza reflete, nas suas técnicas de produção e na organização do processo produtivo, a insustentabilidade do sistema socioeconômico de produção de bens e mercadorias. Por esse motivo, na indústria, na agricultura e no comércio se produz e se reproduz o padrão insustentável da sociedade.

Grande parte dos problemas de degradação ambiental ocorre nos locais de trabalho, afetando o interior e o entorno das unidades produtivas, propiciando que trabalhadores e trabalhadoras sejam freqüentemente vítimas do sistema produtivo. Situações de insalubridade e de danos irreversíveis a saúde são inclusive objeto de campanhas e de lutas por parte das instituições que defendem os direitos e interesses dos trabalhadores.

O impacto da degradação ambiental atinge também suas famílias e comunidades, que muitas vezes vivem perto de atividades e unidades produtivas degradantes. A injustiça ambiental, ainda vigente na sociedade brasileira, faz com que a quase totalidade das atividades poluentes e predatórias ocorra em lugares habitados pelas camadas mais pobres da população e, na maioria das vezes, por negros. As lutas das mulheres têm sido especialmente importantes nesse ponto. Enquanto trabalhadoras e/ou co-responsáveis pelas condições de vida das famílias, elas têm estado na linha de frente dos embates contra a contaminação dos espaços de vida e trabalho.

A degradação ambiental provocada pelo modelo de desenvolvimento atinge de forma direta também os agricultores familiares, os pequenos produtores e os trabalhadores assalariados do campo, inviabilizando ou pelo menos criando graves entraves e prejuízos a sua sobrevivência.

Os valores hegemônicos na sociedade e nas relações de trabalho são orientados pela economia e por padrões de produção e consumo que atingem de forma direta a dignidade da maioria absoluta dos habitantes do nosso país e do próprio planeta, comprometendo o direito à cidadania plena.

Há uma responsabilidade política dos sindicalistas pelas questões mais gerais que afetam o conjunto da sociedade, especialmente os setores pobres e marginalizados. O sindicalismo caminha para assumir um novo papel de destaque como protagonista na transição para um outro projeto de sociedade, que combine os imperativos da ética, da justiça e da sustentabilidade. A participação da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil é imprescindível para a construção de projetos de sociedades sustentáveis. Todos que participam da produção e dos serviços possuem papéis fundamentais nesse processo.

Assim, é urgente a necessidade de um programa de formação de lideranças sindicais que percole a estrutura do movimento sindical, articulando, potencializando e ampliando as iniciativas de formação existentes, de modo a contribuir na internalização, de modo permanente, da questão ambiental na luta sindical.

Objetivos

Contribuir para a formação permanente e continuada das lideranças sindicais como educadores ambientais e estabelecer novos referenciais para a educação dos trabalhadores. Essa formação se dá por meio da implementação de um programa articulador e irradiador de processos educadores, que envolvam e se incorporem às dinâmicas de formação das bases sindicais, de forma que os trabalhadores sejam atores estratégicos nas lutas pela sustentabilidade, pela justiça ambiental e por uma vida digna e de qualidade para suas famílias e comunidades. Assim, é possível conectar e internalizar as questões ambientais nas lutas sócio-políticas sindicais e estreitar os laços entre movimento sindical, academia e outras instituições.

Metodologia

Este programa foi iniciado pela parceria entre a Central Única dos Trabalhadores – CUT, o Projeto Brasil Sustentável e Democrático – FASE e a DEA/MMA. Em sintonia com o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais ele se fundamenta metodologicamente na estratégia articulada dos quatro processos educacionais, dos três eixos pedagógicos e das três modalidades de ensino/aprendizagem.

O programa foi formulado para um primeiro ciclo de dois anos junto à CUT, composto pelas seguintes fases:

1ª - Oficinas estaduais introdutórias do Programa, deflagradoras da constituição e da operacionalização das Comissões Estaduais de Meio Ambiente da CUT;

2ª - Início da implementação de projetos de intervenção educacional orientados; do acesso a conteúdos mínimos e um cardápio diversificado de conteúdos; da constituição de grupos PAP; e da formação de Coletivos Educadores Sindicais;

3ª - Realização de seminários regionais de socialização, avaliação e planejamento;

4ª - Constituição de observatórios sociais;

5ª - Realização de seminário nacional de avaliação e planejamento.

Informações adicionais: formação.ea@mma.gov.br

Programa Vamos Cuidar do São Francisco

A Portaria Ministerial nº 384, de 25 de setembro de 2003, institui, no âmbito da Secretaria Executiva do MMA, o Grupo de Trabalho da Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com a finalidade de promover uma articulação e integração sistêmica e constante das políticas públicas formuladas pelo MMA para a região da bacia hidrográfica do rio São Francisco. O Grupo de Trabalho, constituído por representantes das secretarias e das unidades vinculadas do MMA, bem como pelo Ministério da Integração Nacional e pela CODEVASF, elaborou uma agenda de diálogo com o Comitê Gestor do Programa de Revitalização e com o Comitê de Bacia do Rio São Francisco, a fim de planejar e efetivar de forma integrada as ações de revitalização da bacia. Esse diálogo resultou na elaboração de cinco linhas de ação:

- Monitoramento e gestão;
- Agenda socioambiental;
- Proteção e uso sustentável dos recursos naturais;
- Qualidade e saneamento ambiental; e
- Economia sustentável.

Para a Agenda Socioambiental, foram propostos quatro componentes: Educação Ambiental, Cultura, Agenda 21 e Fortalecimento Interinstitucional. Apesar de apresentar um componente específico para a educação ambiental, a proposta do Programa Nacional de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco assume a transversalidade, garantindo a sua presença nas outras linhas e componentes.

O diálogo entre o ProNEA e o Programa de Revitalização do Rio São Francisco, no sentido de definir atividades prioritárias na construção da Agenda Socioambiental, vem desenvolvendo ações nos sete estados brasileiros da região de abrangência do rio. Esta vertente do Programa se denomina *Vamos Cuidar do São Francisco – VCSF*.

Tais atividades permitem detectar a diversidade de atores e ações de educação ambiental, educação popular e escolar nessa região; delinear uma agenda socioambiental de prioridades e realizar um processo de educação ambiental comprometido com a melhoria da qualidade de vida e com a recuperação e conservação do meio ambiente nessa região.

Por se tratar de um rio de consideráveis dimensões apresentando não apenas rica diversidade de fauna e flora, mas também rica diversidade populacional e cultural, para fins de planejamento e operação, ele foi dividido, em quatro regiões fisiográficas da bacia hidrográfica: o Alto São Francisco que vai de suas cabeceira até Pirapora em Minas Gerais; Médio, de Pirapora, onde começa o trecho navegável, até Remanso, na Bahia; o Sub-Médio, de Remanso até Paulo Afonso, Bahia; e Baixo, de Paulo Afonso até a foz, entre Sergipe e Alagoas.

Objetivos

No componente de educação ambiental, após agenda de apresentação e oficinas ao longo da bacia e articulação com a CGEA/MEC e com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, foram delimitados três objetivos gerais:

- Implementar e desenvolver processos educativos integrados voltados à conscientização ecológica e política das populações da bacia;
- Disseminar o ProNEA na bacia; e
- Estimular ações de educação ambiental que priorizem a cultura local como ferramenta pedagógica.

Metodologia

De acordo com a estrutura de capilaridade que vem sendo implementada pelo VCSF em cada um

dos pólos da Revitalização onde estão sendo criadas as Comissões Locais de Meio Ambiente e Ação Socioambiental (COLMEIAS), envolvendo distintos setores da sociedade e dos governos, está sendo constituído o coletivo de instituições, com característica potencial de educadores para coordenar os programas, projetos e ações de educação ambiental na região.

Os documentos que subsidiam a criação desses Coletivos Educadores, apontam o seu horizonte de atuação em quatro processos educacionais, através de três eixos pedagógicos pautados por três modalidades de ensino/aprendizagem, do Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais. Estão articulados com esta proposta, os demais programas do Órgão Gestor bem como a proposta de educação para o processo de gestão ambiental do IBAMA, adaptados à realidade de cada Pólo/COLMEIA a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborado pelo Coletivo Educador. As ações a detalhar no PPP de cada Pólo/COMEIA/Coletivo Educador ocorrerão a partir de seis momentos:

- Evento de instalação da COLMEIA;
- Oficina de início dos trabalhos de Coletivos Educadores;
- Oficina sobre Agenda 21 da COLMEIA;
- Oficina sobre articulação institucional e sobre elaboração de projetos;
- Curso de Educação Ambiental no processo de Gestão Ambiental da CGEAM/IBAMA;
- Avaliação e apresentação do Projeto Político Pedagógico.

Em 2005 estes momentos foram trabalhados em seis pólos e em 2006, serão trabalhados outros nove pólos. Em 2006, ocorrerá o financiamento dos Projetos Político Pedagógicos de cada um dos 15 pólos.

Pólos de 2005

Minas Gerais: Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete, Montes Claros, Pirapora e Três Marias;
Bahia: Paulo Afonso

Programa Municípios Educadores Sustentáveis

A crise ambiental em todo planeta tem gerado sofrimento, dúvidas e insatisfações, tornando complexa e difícil a compreensão e a ação edificadora de caminhos que conectem o local e o global, o individual e o coletivo, o público e o privado, a emancipação e a regulação na construção da sustentabilidade socioambiental. Nunca se comprometeu tanto a capacidade de manutenção da vida, e para reverter o quadro atual da ameaça à biodiversidade, da mudança climática, do desenvolvimento desordenado das atividades produtivas, da degradação do solo, da poluição atmosférica, contaminação dos recursos hídricos, desertificação, exclusão social, miséria e pobreza, é preciso pensar e agir em termos de educação para a sustentabilidade.

A sustentabilidade local é uma construção política que exige a transformação dos modelos de gestão, das concepções e comportamentos da sociedade e dos gestores públicos, e do estilo de produção e consumo hegemônico. Para que essas mudanças ocorram, é preciso uma cidadania comprometida com o bem comum e com a participação de todos. É sobre essa aprendizagem que trata o Programa Municípios Educadores Sustentáveis (MES).

As vantagens que um município tem com essa transformação são inúmeras. Incluem a maior conservação de seu patrimônio, natural e construído (que produz reflexos diretos na melhoria da qualidade de vida da população), o resgate da cidadania e do sentimento de identidade, e ainda a auto-confiança e a crença na capacidade humana de transformação da realidade. Todos os municípios que, consorciados, solicitarem adesão, poderão fazer parte do Programa.

Objetivos

- Estimular e apoiar em cada município, a implementação e fortalecimento de espaços educadores que contribuam na formação de cidadãos comprometidos com a construção cotidiana da sustentabilidade e com a participação na gestão pública;
- Promover ações que propiciem constante e continuamente a educação dos indivíduos para atuarem e se auto-educarem, e contribuírem para a educação de outros, na construção de sociedades sustentáveis;
- Estimular e apoiar em cada município, a organização das instituições locais e a realização de parcerias para a construção de projetos educativos que conduzam à sustentabilidade;
- Criar indicadores regionais e sistemas de avaliação que permitam o monitoramento e o apoio dos municípios para a obtenção do título “Município Educador Sustentável”; e
- Propiciar a cada comunidade, município, bacia hidrográfica ou região administrativa se tornar um espaço onde os habitantes se eduquem continuamente para a sustentabilidade.

Metodologia

A seqüência das etapas descritas a seguir é apenas uma sugestão, sendo que algumas delas poderão acontecer ao mesmo tempo.

1. Os municípios se reúnem por região, bacia hidrográfica, proximidade e/ou afinidade.
2. Demandam a cooperação do governo federal e de outros parceiros regionais, para se credenciarem no Programa.
3. Cada município discute internamente o Programa e a constituição do Comitê Local, que deve abranger, democraticamente, representantes do poder público e sociedade civil organizada, visando aderir formalmente ao Programa, podendo ser o Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho das Cidades, ou fazer parte desses.
4. Cada município deve formalizar a sua participação no Programa por meio da assinatura do Termo de Adesão pelo prefeito e Comitê Local, enviando-o à DEA/MMA junto com os demais municípios que compõem o coletivo MES. Novos municípios poderão ser incorporados ao coletivo de acordo com a necessidade ou interesse.

5. Organiza-se um Seminário Regional, reunindo parceiros e representantes dos municípios que compõem o coletivo para estruturar o Programa Regional a partir dos diagnósticos locais, onde serão definidas as iniciativas que cada município deverá cumprir visando a melhoria da qualidade de vida no território.

6. Cada município deve construir o seu Projeto Local devendo estar alinhado com o Programa Regional, com os quatro processos educacionais do Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais e ainda, conter as iniciativas mínimas estabelecidas pela DEA/MMA.

7. Posteriormente o Projeto Local será apresentado em um Seminário Regional, onde serão discutidas e socializadas as parcerias, os sistemas de avaliação e monitoramento, as experiências e os problemas.

8. O processo de certificação se dará no Foro Deliberativo Regional para os municípios que tiverem cumprido as iniciativas mínimas. Os avaliadores externos e internos terão como referência os indicadores estabelecidos pela DEA/MMA.

O Comitê Local deverá promover um diálogo constante com o Coletivo Educador da região para o planejamento conjunto dos processos educacionais. Em locais onde não há Coletivo Educador criado, deve-se estimular a sua constituição, pois são uma instância potencializadora da implantação do Programa MES.

Alguns processos em desenvolvimento

No Paraná, a Itaipu Binacional e o Parque Nacional do Iguaçu estão articulando a criação de três Coletivos Educadores para planejar o MES, e sua implementação nos municípios da Bacia do Paraná III e entorno do PARNA Iguaçu, integrados ao Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais.

Em São Paulo o Programa está sendo implantado em parceria com a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Comitê de Bacia de Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Após o seminário de apresentação do MES em Campinas, os 64 municípios da bacia se subdividiram em dez coletivos, para iniciarem os trabalhos do Seminário Regional previsto no Programa.

Programa de Educomunicação Socioambiental

A necessidade de implantação de uma política pública de comunicação ambiental foi objeto de uma moção da I Conferência Nacional do Meio Ambiente. O Órgão Gestor da PNEA, com este programa, busca responder a essa demanda no âmbito da comunicação ambiental de caráter educativo.

O programa procura dar materialidade aos princípios do ProNEA no universo da comunicação de caráter educativo, sendo uma importante dimensão mobilizadora dos Coletivos Educadores. Experiências anteriores de movimentos sociais e organizações não-governamentais, da pesquisa do NCE/USP, que possibilitou a identificação do campo da Educomunicação, do projeto Educom Rádio da Prefeitura de São Paulo e a do Educom Centro-Oeste (MEC), foram os principais antecedentes na formulação do programa.

A educomunicação socioambiental é um campo de conhecimento emergente, forjado na interface entre Educação, Comunicação e Cultura. É uma referência conceitual e metodológica que ao se transformar em política pública, inspira modelos democráticos e participativos de produção e gestão da comunicação ambiental, em que o valor educativo não reside apenas nos conteúdos das mensagens e dos produtos mediáticos, mas também em seu processo de produção e criação.

Objetivos

- Realizar um mapeamento nacional da comunicação socioambiental no Brasil, envolvendo as seguintes dimensões: canais e conteúdos; educadores ambientais; estruturas de apoio à produção e difusão e sistemas informais;
- Apoiar as redes de comunicação e educação ambiental, fomentando o aperfeiçoamento da cultura de rede social e do uso dos sistemas de informação para a educação ambiental;
- Promover a produção interativa e veiculação de programas e campanhas de educação ambiental para a mídia massiva, tendo como focos prioritários o rádio e a TV;
- Implantar um sistema virtual na Internet como um portal democrático de conteúdos em educação ambiental, capaz de servir de instrumento catalizador e irradiador de produções populares e educativas para meios de comunicação e processos educativos;
- Apoiar a criação de estruturas de produção popular de comunicação ambiental e fortalecer as já existentes, por meio da articulação de coletivos e núcleos de rádios educativas / comunitárias, de forma a atuarem permanentemente como estruturas educadoras;
- Pesquisar e oferecer referências metodológicas conceituais e técnicas para elaboração de planos de comunicação em ações de educação ambiental; e
- Promover a formação dos educadores socioambientais.

Princípios

- Encontro e atuação integrada: valorização do contato com os diferentes atores, pessoas, instituições e regiões do país. O encontro presencial e virtual pode possibilitar a integração de práticas e conhecimentos, permitindo que a ação comunicativa funcione em rede e seja socialmente mobilizadora.
- Compromisso com a democratização e a acessibilidade à informação socioambiental: uma comunicação que vise favorecer e otimizar a organização da sociedade, como forma de garantir a continuidade do processo. A democratização pressupõe condições de acesso à informação, produção e gestão participativa dos meios de comunicação.
- Diálogo e interatividade: uma ação recíproca entre todos os setores da sociedade visando a comunicação não excludente de outros modelos e experiências já existentes. O protagonismo desse processo deve ser do público da educação ambiental, que por intermédio da apropriação dos meios de comunicação, promova a ação comunicativa mobilizando a produção do conhecimento socioambiental.
- Transversalidade e interação entre as várias linguagens e mídias: promoção de uma comunicação

para a sustentabilidade com clareza de suas interfaces com todos os campos do saber envolvidos na questão socioambiental. A intermediaticidade significa conjugar e articular formas e modelos diversos de canalização da informação ambiental.

- Proteção e valorização do conhecimento popular e tradicional: incentivo a uma comunicação que favoreça a construção de identidades individuais e coletivas respeitando a diversidade das dinâmicas culturais.
- Direito à comunicação vinculado a outros direitos humanos: reconhecimento da comunicação como um direito fundamental à liberdade de expressão e emancipação.

Metodologia

O programa apresenta a perspectiva metodológica de trabalhar a comunicação no âmbito de programas e projetos e de políticas estaduais e municipais de educação, meio ambiente e cultura, entre outros. Ao mesmo tempo, se propõe a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas municipais e estaduais.

As ações de formação, presenciais e a distância, buscam articular canais de comunicação para o trabalho com a questão socioambiental. Devem ter como ponto de apoio um portal virtual incluindo programas e campanhas de educação ambiental para rádio e TV, formação continuada à distância, debates, conferências e fóruns de discussão em rede, jogos, etc.

Resultados esperados

- Disponibilização de um sistema virtual para intercâmbio e veiculação de peças educativas para mídias;
- Coletivos de canais articulados e atuantes na formação de educadores ambientais;
- Crescimento da oferta e da produção de materiais educativos ambientais, de processos associados na mídia, e maior inserção desses conteúdos na mídia de alcance nacional;
- Maior inserção de modelos de gestão participativa em meios de comunicação; e
- Maior difusão de métodos participativos de criação e produção de ações comunicativas em espaços educativos.

Educação Ambiental no Ar

Em parceria com a Radiobrás, a DEA/MMA lança o processo seletivo “Educação Ambiental no Ar”, que pretende estimular a produção participativa de campanhas e matérias para programas sobre a temática ambiental com caráter educativo, nas linguagens radiofônica e televisiva, e viabilizar sua veiculação nacional no rádio e TV.

Chamada I – campanhas de educação ambiental para rádio e televisão

Categoria 1 – campanhas radiofônicas

Categoria 2 – campanhas televisivas

Chamada II – matérias de educação ambiental para programas de rádio e televisão

Categoria 1 – entrevistas

Categoria 2 – depoimentos

Categoria 3 – reportagens

Categoria 4 – clipes artísticos

Para as duas chamadas, os temas do processo seletivo são:

Biodiversidade

Mudanças climáticas

Segurança alimentar

Diversidade étnica e meio ambiente

Água e cultura

Informações adicionais: educomunicacao.ea@mma.com.br / www.educomunicacao-ea.cjb.net

Programa Vamos Cuidar do Brasil: Bioma Cerrado

A I Conferência Nacional do Meio Ambiente, com o lema “Vamos Cuidar do Brasil”, introduziu na agenda ambiental brasileira um modo de cuidar do Brasil por meio de processos educadores articulados que estimulem, potencializem e integrem ações, pessoas e instituições segundo uma perspectiva de protagonismo socioambiental sustentável.

Pioneiramente esse processo se fortalece no Cerrado, o segundo maior bioma brasileiro em extensão, que tem hoje sua biodiversidade ameaçada pelos modelos de ocupação degradantes. Agir pela sua sustentabilidade e desencadear processos que despertem em seus habitantes a importância de cuidá-lo, para que se tenha uma sociedade consciente, libertária e ambientalmente justa, são os desafios que se apresentam.

Objetivos

O Programa visa subsidiar, envolver, articular e potencializar indivíduos, grupos e instituições que vivem e interagem com o Cerrado em uma gama de projetos e ações sinérgicas de caráter educador que possibilitam o enfrentamento dos processos que degradam o bioma e a vida de seus habitantes. Nesse sentido, deflagra-se processos educadores contínuos e direcionados à construção de sociedades sustentáveis, envolvendo a comunidade como um todo, no cuidado com o ambiente em que vive.

As ações são executadas por meio do fortalecimento e aproximação entre aquelas já em curso e outras a serem incentivadas, tanto em áreas urbanas quanto rurais, no sentido de revegetar, recuperar e cultivar a flora do Cerrado, promovendo assim a manutenção e o aumento da diversidade socioambiental, bem como a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Esse programa atua propositivamente na implantação de estruturas educadoras, como quintais agroflorestais, jardins de ervas medicinais, bosques urbanos e Viveiros Educadores, mas está aberto às demandas que estejam em consonância com seus princípios.

Público e regiões envolvidos

Em um primeiro momento o programa atende os municípios de duas grandes áreas: a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e a Região Metropolitana de Goiânia, expandindo-se para todo o Cerrado à medida que se fortalece. A atuação não se restringe ao ambiente rural, estando também ligada ao meio urbano através de iniciativas que visem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O público compreende pessoas, comunidades e instituições que atuam ou desejem atuar diretamente sobre os espaços do Cerrado através de processos educadores, produção de alimentos, utilização de seus recursos naturais ou desenvolvendo atividades em prol da conservação e recuperação do bioma.

Metodologia

Os proponentes, sejam agricultores familiares, assentados da reforma agrária, médios e grandes produtores rurais, cidadãos urbanos, instituições de ensino públicas ou privadas, prefeituras, populações tradicionais, povos indígenas, quilombolas, movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações, cooperativas ou sindicatos, procuram a coordenação do programa e apresentam a sua demanda. Analisa-se a pertinência e viabilidade da proposta, e em seguida articulam junto aos parceiros do programa as possíveis formas de viabilizar a iniciativa.

Resultados esperados

- Constituição de Coletivos Educadores que contemplem em seus projetos políticos pedagógicos a questão da recuperação e conservação do Cerrado;
- Inserção da realidade do Cerrado nos projetos político pedagógicos desenvolvidos nas instituições de ensino da rede pública e privada, nos ambientes rurais e urbanos do bioma;

- Adesão institucional e da iniciativa privada à marca “Cuidar do Cerrado”, consolidando parcerias que estimulem e proporcionem o cuidado com o Cerrado em diferentes âmbitos;
- Organização e produção de um acervo de informações contendo um banco de dados atualizado, referente a iniciativas ligadas ao cuidado com o Cerrado, materiais didáticos e conteúdos teóricos que dêem subsídios a processos de planejamento, gestão e educação (Kit Cerrado);
- Constituição de uma rede de Agentes Locais de Sustentabilidade, que através de um processo de formação educadora e o desenvolvimento de práticas sustentáveis, estimulem em suas comunidades o cuidado com esse bioma;
- Constituição de uma rede solidária de viveiros comunitários e educadores, que instrumentalizem a atuação dos agentes locais de desenvolvimento no processo de formação da comunidade; e
- Implantação de espaços educadores nas comunidades como quintais agroflorestais urbanos e rurais, hortas orgânicas, jardins de ervas, pomares, farmácias caseiras, agroindústrias de frutos nativos, criadores de animais silvestres e processamento artesanal de produtos nativos do cerrado.

Alguns processos em desenvolvimento

Como primeira atividade desenvolvida pelo programa, foi feita a implantação de oito Módulos Demonstrativos de Recuperação de Áreas Degradadas de Cerrado (MDR), em parceria com a EMBRAPA Cerrados e a Universidade de Brasília. Módulos em diferentes áreas foram implantados, desde escolas públicas urbanas e agrícolas até assentamentos rurais da reforma agrária. As espécies utilizadas, além de recuperar as áreas degradadas, podem gerar benefícios diretos para o agricultor, como melhoria da qualidade alimentar e o possível aumento da geração de renda, através da comercialização de produtos provenientes do módulo.

Foi também iniciado um processo de cooperação internacional através da implantação de dois bosques urbanos no Setor de Embaixadas Sul em Brasília, com a parceria das embaixadas da Argentina e da Venezuela. Formados por espécies nativas do Cerrado os bosques colaboram com a constituição de um corredor ecológico nas áreas adjacentes ao Lago Paranoá, capaz de abrigar e fornecer alimento a fauna em trânsito na área.

Através do estabelecimento de um acordo de cooperação técnica com a EMBRAPA Cerrados, foi iniciada a organização e produção de um acervo de informações contendo um banco de dados referente a iniciativas ligadas ao cuidado com o Cerrado, e a materiais didáticos e conteúdos teóricos que dão subsídios a processos de planejamento, gestão e educação.

Programa Juventude e Meio Ambiente

A formação dos “Conselhos Jovens de Meio Ambiente” a partir do processo de organização da “I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente”, em 2003 alcançou resultados concretos bem-sucedidos, articulando “Conselhos Jovens Estaduais de Meio Ambiente” sediados em todas as capitais do país e estimulando a criação da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – REJUMA¹.

O Programa Juventude e Meio Ambiente, que surgiu para criar instâncias de políticas públicas para dar prosseguimento às ações de mobilização, atuação e formação de jovens organizados nestes Conselhos, se propõe a incentivar e a aprofundar o debate socioambiental com foco em políticas públicas, deflagrando um processo de formação destes sujeitos e de fortalecimento dos espaços e coletivos de organização e atuação deste público.

Vivenciamos em 2005 um momento importante a partir do estabelecimento da Política Nacional de Juventude, que está alicerçada na criação da Secretaria e do Conselho Nacional de Juventude e no lançamento do Pró-Jovem, fortalecendo o compromisso com ações específicas /de, para /e /com /estes sujeitos sociais.

Essas iniciativas confirmam o compromisso do governo federal com a inclusão social, valorização e respeito à cidadania e à diversidade, e a responsabilidade com a melhoria da qualidade de vida em direção à sustentabilidade socioambiental como pressupostos de um novo ciclo de desenvolvimento para o país, especialmente no que diz respeito à participação da juventude neste processo.

Objetivos

- Incentivar o debate sobre juventude e meio ambiente no contexto nacional, com foco em políticas públicas para esta área (juventude, meio ambiente e educação ambiental);
- Deflagrar um processo de ampliação e formação de lideranças ambientalistas;
- Contribuir para o fortalecimento dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos estados e da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – REJUMA.

Estruturação do Programa

O Programa está estruturado em três linhas de ação:

- Formação
- Articulação e Gestão
- Comunicação

Foram previstas ações: presenciais (nos encontros e oficinas nacionais e nos estados); a distância (via *chats*, videoconferências e tutorias virtuais com especialistas); por meio de “cardápios de conteúdos” (oferecendo diversidade de opções para a formação – textos, livros, vídeos, *sites*, recortes de jornais, revistas, etc.); constituição de Comunidades de Aprendizagem (como grupos que se auto-educam, compartilhando experiências e conhecimentos); delineamento e implementação de Projetos de Intervenção (coletivos).

Sintonizada no contexto da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, a temática ambiental também vem sendo reforçada através da realização do Projeto Geo Juvenil Brasil², uma ação articulada no âmbito do PNUMA e que já foi implementada em diversos países do mundo. No Brasil, em virtude desse processo de articulação e mobilização de jovens em torno da questão socioambiental, percebeu-se que esse Projeto deveria ser realizado junto a organizações e coletivos de jovens mobilizados e atuantes nessa área, no caso, junto aos “Conselhos Jovens de Meio Ambiente”.

¹ Informações adicionais: www.rejuma.cjb.net

² Informações adicionais: www.geojuvenil.org.br

Programa Juventude e Meio Ambiente vem propiciar sinergia entre o Projeto Geo Juvenil Brasil e as ações e projetos que os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (REJUMA) vêm realizando.

Resultados Esperados

- Viabilização da instalação de pelo menos um núcleo físico dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente em cada estado, como espaços de organização, integração, informação, mobilização e referência desses grupos;
- Formação direta de 400 jovens, entre 15 e 29 anos, membros dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente;
- Formação indireta de 1.000 jovens, através do envolvimento junto aos Coletivos Jovens e da REJUMA;
- Realização de pelo menos um Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente em cada estado, mobilizando mais jovens e debatendo a temática;
- Elaboração de publicações com subsídios teóricos e práticos ao Programa; e
- Construção de página virtual na *Internet* para o Programa e viabilização de plataforma de educação a distância.

Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente

A Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente é um processo de educação difusa que visa fortalecer a Educação Ambiental e a Educação para a Diversidade nos Sistemas de Ensino, propiciando atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões sócio-ambientais locais e globais.

A primeira Conferência, realizada em 2003, envolveu 16 mil escolas em todo o país, mobilizando quase seis milhões de pessoas entre estudantes, professores e comunidades em quatro mil municípios. A segunda Conferência, dando continuidade ao processo de mobilização iniciado, teve como tema *Vivendo a diversidade na escola*, foi realizada em 11.256 escolas e 180 comunidades, envolvendo três milhões e oitocentas mil pessoas.

Objetivos

- Propiciar uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais;
- Incentivar uma nova geração de jovens que conheça e se empenhe na resolução das questões socioambientais e no reconhecimento e respeito à diversidade biológica e étnico-racial;
- Contribuir para que as escolas se tornem comunidades interpretativas de aprendizagem;
- Criar e fortalecer a COM-VIDA – *Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida* nas Escolas, incorporando o agir cotidiano em prol da vida de maneira dialógica e construtivista;
- Apoiar a integração em rede dos diversos atores socioambientais, tendo como foco a comunidade escolar e como espaço a escola;
- Fortalecer a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente nos Estados; e
- Contribuir para o alcance das Metas do Milênio.

Estruturação do projeto

A estratégia de mobilização para atingir todos os objetivos propostos foi composta de: produção de materiais instrucionais (passo-a-passo e vídeo) e de campanhas de divulgação; realização de oficinas de conferência visando o envolvimento de professores nas conferências das escolas; a realização de conferências nas escolas e comunidades; de conferências estaduais e da conferência nacional.

A Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente – 2003 e 2005, envolveu um intenso processo de mobilização. A I Conferência Nacional contou com 400 delegados, enquanto que a II Conferência Nacional, em abril de 2006, com a presença de 700 delegados e delegadas de todos os Estados, além de observadores internacionais. Ações afirmativas realizadas em comunidades indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos rurais e com meninos e meninas em situação de rua trarão jovens delegações muito especiais.

Neste ano, a Conferência Infanto-Juvenil abordou uma temática inédita: o enraizamento e a difusão de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Segurança Alimentar e Nutricional, e Diversidade Étnico-Racial.

As escolas brasileiras se tornam assim, espaços privilegiados de debates sobre diversidade étnico-racial, cultural, social e ambiental, onde crianças, jovens, professores e a comunidade se apropriam localmente dos compromissos planetários, interligando o local e o global, ampliando e aprofundando os temas debatidos na primeira Conferência.

Informações adicionais: www.mec.gov.br/conferenciainfanto

Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária

Um programa de educação ambiental pensado de forma particular para o contexto portuário justifica-se, por um lado, enquanto uma ferramenta importante vinculada ao Sistema de Gestão Ambiental Portuário que, por sua vez, está atrelado aos princípios e orientações da Política Nacional de Meio Ambiente. No contexto do Sistema de Gestão, a Autoridade Portuária deve estabelecer as diretrizes para a proteção ambiental através da consolidação de planos de atendimento, gerenciamento e, particularmente, planos de Monitoramento Ambiental e Educação Ambiental. Nesse sentido, o Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária busca uma articulação com o Programa Nacional de Educação Ambiental, favorecendo assim, não somente a organização da atividade portuária com qualidade ambiental, mas igualmente contribuindo no processo de consolidação do enraizamento da educação ambiental no Brasil.

Por outro lado, como a atividade portuária depende de licenciamento ambiental e, considerando que o licenciamento ambiental constitui-se num dos instrumentos de gestão propostos no contexto do Sistema Nacional de Meio Ambiente, entende-se que a elaboração do Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária, inspirado no ProNEA, promove um canal de fortalecimento do próprio SISNAMA.

O processo de construção do programa

A elaboração desse programa obedece a dois movimentos simultâneos: a produção de um texto técnico apresentando a fundamentação teórica na qual se assenta; e a implementação de um piloto do programa, tomado enquanto campo de experimentação e observação.

O texto técnico foi elaborado por especialistas, pesquisadores e educadores, que atuam na confluência entre a educação ambiental e o mundo portuário. A fundamentação vai se estruturando a partir do debate sobre a macro-economia e suas implicações no contexto portuário; envereda pela apresentação da estrutura portuária no âmbito do marco legal e nele situa o Sistema de Gestão Ambiental Portuário; discute o papel e o lugar da educação ambiental nesse processo de gestão; aponta os princípios e diretrizes para definição de processos continuados de educação ambiental em unidades portuárias.

O piloto do programa foi implementado num importante porto do sul do país, o Porto de Rio Grande, situado na cidade de Rio Grande, estado do Rio Grande do Sul. Está alicerçado por um documento de referência, sintonizado com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e com o ProNEA, que apresenta as diretrizes e os princípios que orientam as ações, a delimitação de seus objetivos, suas linhas de ação e sua estrutura organizacional.

A elaboração, implementação e execução do piloto foi se constituindo numa parceria que se viabilizou naquele contexto, envolvendo, além da DEA/MMA, a Assessoria Técnica Ambiental da Superintendência do Porto do Rio Grande e o Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (PPGEA/FURG).

O piloto está estruturado em linhas de ação, definidas a partir da conjunção de alguns programas executados na DEA/MMA e das particularidades daquele porto, mas igualmente está aberto as experiências construídas no processo de diálogo que busca estabelecer com os parceiros e atores sociais envolvidos. As experiências construídas a partir desse piloto irão igualmente compor, inspirar e oferecer subsídios a proposta do Programa Nacional de Educação Ambiental Portuária.

Objetivos

Este programa busca, através da promoção de ações e do desencadeamento de um processo educativo continuado voltado para as comunidades situadas no âmbito de influência das unidades portuárias existentes no território nacional, contribuir no processo de enraizamento das bases da educação

ambiental como fonte de reflexão para a construção da sustentabilidade.

Regiões envolvidas

O programa envolve as cinco regiões brasileiras, a quase totalidade dos estados, com exceção de Goiânia, Acre, Tocantins, Distrito Federal e Roraima, e alcançando 38 municípios e 44 unidades portuárias.

Tipificação dos públicos envolvidos

- Gestores, servidores e funcionários vinculados a autoridade portuária;
- Alunos da rede pública de ensino, com atenção prioritária aos que estudam em unidades escolares localizadas nas áreas de zoneamento dos portos;
- Diferentes grupos sociais que constituem a comunidade local, em especial aqueles em condições de vulnerabilidade ambiental situados nas áreas de zoneamento dos portos;
- Associações de bairro e outras associações comunitárias: religiosas, esportivas, de lazer, entre outras;
- Agrupamentos militares;
- Comunidades de pescadores;
- Diferentes entidades e empresas atuantes no porto organizado;
- Trabalhadores portuários avulsos;
- Tripulantes de navios mercantes;
- Usuários de embarcações de transporte de passageiros e tripulação; e
- Caminhoneiros

Metodologia

O Programa constitui-se, a rigor, num documento de referência que apresenta diretrizes, princípios e sugere linhas de ação para que cada unidade portuária implemente o seu programa, considerando o que é próprio do porto instalado no lugar, o tipo de cultura que gera, as implicações ambientais que acarreta e as relações que estabelecem com o contexto social.

Nesse processo de desenho dos programas, a questão das particularidades deve merecer consideração especial, pois as condições e as culturas que se verificam nas unidades portuárias não são homogêneas. À guisa de exemplo, podemos apontar o papel peculiar e indispensável de terminais de transporte de passageiros que os portos situados no norte do Brasil assumem. Isto significa que, um programa de educação ambiental elaborado nessa perspectiva deve espelhar essa realidade.

A partir do mapeamento das unidades portuárias e identificação das respectivas assessorias técnicas de meio ambiente, a DEA/MMA promove o contato, apresenta o conteúdo do programa nacional e desencadeia um processo de definição de parcerias possíveis, no contexto de cada uma das unidades, para a elaboração, implementação e execução do programa, que deve ser pensado no sentido de educação continuada e envolvendo instituições governamentais e não-governamentais, educadores e/ou entidades que atuam na área.

Projeto Sala Verde

O Projeto Sala Verde consiste no estímulo e apoio a iniciativas que promovam a disseminação da informação e o desenvolvimento de ações educacionais, voltados à temática ambiental. Esse projeto surgiu no ano de 2000, a partir da demanda espontânea por publicações e informações que chegavam ao Centro de Informação e Documentação Ambiental do MMA. Nesse primeiro momento, a distribuição dos materiais possibilitava a democratização da informação, mas não permitia o acompanhamento através de um processo de avaliação e monitoramento.

Visando aprimorar esta dinâmica de interação entre o MMA e as instituições proponentes, em 2004, iniciou-se o processo seletivo induzido, através de Edital. A implementação desse processo foi concebida com a intenção de orientar a disponibilização da informação, e fornecer oportunidades para que os materiais distribuídos pudessem ser melhor utilizados, em todas as suas potencialidades.

Atualmente, as Salas Verdes buscam, não apenas permitir o acesso à informação, mas também, oferecer possibilidades para uma efetiva participação dos diversos segmentos da sociedade em atividades que fortaleçam ações ambientais locais.

Objetivos

O projeto Sala Verde avança na difusão de publicações e busca fortalecer o processo educativo, estimulando a criação de potenciais Centros de Educação Ambiental. Neste sentido, o projeto estabelece os seguintes objetivos:

- Estimular a implantação de espaços interativos que, além da disponibilização da informação, adquiram um papel dinamizador da educação ambiental, através da promoção de eventos, atividades de caráter cultural e ambiental, tais como: exposições, mostras, seminários, teatros, etc;
- Viabilizar a articulação e a integração de projetos, programas e ações nas localidades em que se encontram; e
- Promover a conexão destas ações locais em processos regionais e nacionais.

Público e regiões envolvidos

O projeto é aberto à participação de qualquer tipo de instituição, sejam elas públicas, privadas e do terceiro setor. Em geral, são recebidas propostas de prefeituras, ONGs, associações, universidades, agências de fomento, empresas, entre outras.

Metodologia

Existem duas formas de estímulo à criação de Salas Verdes:

- Demanda Induzida: Periodicamente, realizam-se chamadas para recebimento de propostas, através de um manual orientador, que são divulgados nas páginas eletrônicas do projeto e do MMA.
- Parcerias: a DEA/MMA vem dialogando com instituições estatais e privadas, visando traçar parcerias para a implementação de um número amplo de Salas Verdes, vinculadas a projetos e estruturas já existentes.

A instituição que deseja formalizar a criação de uma Sala Verde, deve apresentar como contrapartidas os seguintes requisitos:

- Programa Político Pedagógico (PPP);
- Local / espaço físico;
- Infra-estrutura mínima (mesa, cadeiras e estante);
- Condições para manutenção do espaço, estrutura e equipe;
- Equipe (duas pessoas, com perfis de educador ambiental e organizador de acervo).

Resultados esperados

Permitir que os espaços constituídos se estruturem e passem a atuar de forma organizada e conectada com as questões ambientais de suas localidades, a partir de uma perspectiva educacional;

- Proporcionar maior participação da sociedade na reflexão e na construção do pensamento/ação ambiental;
- Consolidar parcerias e promover a implantação de novas Salas Verdes, buscando a disseminação da informação ambiental;
- Fornecer subsídios para os outros projetos da DEA/MMA, possibilitando que as Salas Verdes funcionem como um espaço de promoção de sinergias entre instituições, pessoas, projetos, programas e ações locais, conectadas em processos estaduais, regionais e nacionais; e
- Estabelecer uma rede de informações através dos boletins e do grupo de discussão.

Resultados obtidos

A estruturação do projeto, a partir de 2002, permitiu estabelecer estratégias de atuação. O projeto conta hoje com 190 Salas Verdes espalhadas pelas cinco regiões do país, 45 provenientes da demanda espontânea anterior a 2004, 66 Salas selecionadas através do Edital 01/2004 e, ainda, 79 Salas selecionadas a partir do Edital 01/2005.

O projeto dispõe atualmente de uma página eletrônica e um Boletim Eletrônico. No primeiro semestre de 2005, aconteceu em Vitória, Espírito Santo, o I Encontro Nacional das Salas Verdes que possibilitou um reconhecimento mútuo das ações que são promovidas pelas Salas Verdes e o encaminhamento de várias demandas visando maior articulação entre as unidades do projeto e aproveitamento dos recursos.

Informações adicionais: www.salaverde.cjb.net / salaverde@mma.gov.br

Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento: Piloto Piauí, Alagoas e Paraíba

A educação ambiental representa um dos temas transversais mais importantes das políticas, programas e investimentos na área de saneamento ambiental. O envolvimento de vários segmentos sociais é fator determinante para o sucesso das ações de saneamento, promovendo a consolidação e a consistência dos investimentos em saneamento. No entanto, representa um grande desafio à maneira de como promover a educação da sociedade, estimulando a reflexão crítica e potencializando o desenvolvimento de valores e práticas rumo às mudanças culturais e sociais necessárias à construção de sociedades sustentáveis.

No contexto da elaboração de uma nova política de saneamento para o país, torna-se fundamental desenvolver um programa de educação ambiental com ênfase nas organizações sociais e lideranças comunitárias, visando a implementação de uma nova prática política no setor. Sendo assim, o presente projeto pretende apoiar a elaboração participativa de um Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento. O processo de construção dar-se-á ao longo da elaboração, execução e avaliação das ações piloto desenvolvidas nos Estados do Piauí, Paraíba e Alagoas. Nesse sentido, a construção participativa do Programa materializa a diretriz de transversalidade na elaboração de políticas públicas federais à medida que envolve, desde a sua concepção, os Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, a FUNASA e a Caixa Econômica Federal, que constituem o núcleo federal do grupo de trabalho para elaboração e implementação do Projeto Piloto.

Objetivo geral

Promover a educação ambiental apoiando os programas e as ações na área de saneamento ambiental em execução pelo governo federal, com vistas a envolver de forma efetiva e participativa as populações atendidas, conferindo maior capacidade de consolidação e sustentabilidade aos investimentos, e a promover a saúde pública, a melhoria da qualidade de vida da população e a ampliação da cidadania.

Objetivos específicos

- Desenvolver, implementar e avaliar processos educadores que potencializem a transformação ética e política em direção à construção de sociedades sustentáveis;
- Fortalecer instituições e seus sujeitos sociais para atuarem de forma autônoma, crítica e inovadora em processos de formação continuada de educadores ambientais populares, ampliando o envolvimento da sociedade em ações socioambientais de caráter pedagógico; e
- Promover a capacitação para a gestão dos sistemas de saneamento (coordenação, operação, manutenção, etc).

Público e regiões envolvidos

Lideranças comunitárias, professores, gestores municipais, conselheiros municipais de saúde, de saneamento, de meio ambiente e outros, agentes de saúde, participantes de sindicatos e federações de trabalhadores, pastorais, prefeituras, movimentos sociais, organizações não-governamentais, populações de áreas ambientalmente sensíveis e de localidades beneficiadas pelos investimentos do Consórcio Regional do Sul do Piauí e de outros investimentos na área de saneamento ambiental. Região do Consórcio Regional do Sul do Piauí (36 municípios), Alagoas e Paraíba.

Metodologia

A implementação se dará por meio da constituição de Coletivos Educadores com o papel de pensar em um processo formativo que envolva toda população da região de abrangência do projeto. Esse processo de formação deverá prever o desenvolvimento dos quatro processos educacionais previstos no Programa de Formação de Educadores Ambientais, que devem ser desencadeados articulada e simultaneamente, a saber: Formação de Educadoras(es) Ambientais, Educomunicação Socioambiental, Educação através da escola e de outros espaços e estruturas educadoras, Educação em Foros e Colegiados.

Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental

O Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA) constitui-se num dos projetos do Órgão Gestor da PNEA, integrado ao Sistema Nacional de Informação em Meio Ambiente (SINIMA), em especial para atender a PNEA.

A implementação do SIBEA está prevista no Plano Plurianual do MMA, com execução sob responsabilidade da DEA/MMA, no quadro do Convênio de Cooperação Técnica com a UNESCO.

As primeiras atividades referentes ao sistema foram iniciadas em setembro de 2000, com a realização de um diagnóstico fundamentado, que norteou a elaboração do Plano de Metas e do Programa de Implementação. Nesses instrumentos foram definidas as linhas mestras para desenvolvimento de um protótipo informatizado do SIBEA que permitiu testar e aprimorar suas funcionalidades e otimizar a gestão de seus procedimentos.

O SIBEA está concebido como um Centro de Referência que contemple as informações sobre educação ambiental, reunindo em um único banco de dados, referências a documentos e informações constantemente atualizadas, que permitam reportar os usuários a acervos específicos de dados e informações que possibilitem a consulta dos documentos fontes na sua forma integral.

O objetivo último desse Centro de Referência refere-se a disponibilização de informações sobre educação ambiental a toda e qualquer instituição governamental e não-governamental, aos diferentes sujeitos, grupos de atores sociais ou sociedade civil organizada, nas suas variadas formas, interessados nessa área. Nessa direção, o sistema intenta colocar-se como uma ferramenta capaz de oferecer aporte informacional a fim de contribuir, por exemplo, na definição de políticas públicas, uma vez que poderá gerar indicadores a nível local, regional e nacional, e oferecer informações, materiais e dados a processos educativos em andamento ou a serem implementados.

Em termos de classificação como projeto de Tecnologia da Informação, SIBEA é um projeto de governo eletrônico. Neste sentido, do ponto de vista de projeto eGov, as principais características do SIBEA estão na sua natureza de apoio à formação e à conexão com redes, no escopo de sua missão quanto à multiplicidade de atores envolvidos (e.g., educador, aluno, gestor, instituições e diferentes instâncias de governo) e a necessidade de interoperar com outras ações afetas à educação ambiental. Com relação aos princípios que orientam as ações do SIBEA, a especificação tecnológica atenta para as características de democratização (uso social e transparente da informação), de descentralização (que impacta na escalabilidade e generalidade do projeto junto aos demais atores institucionais envolvidos) e na rapidez de respostas.

As versões de apoio ao SIBEA

A atual base de apoio ao SIBEA está estruturada em duas versões, uma desenvolvida como servidor *ColdFusion* e banco de dados *Oracle*, outra em *Wx*, utilizando plataformas *MicroISIS* e *WwwwISIS* e *WXIS* da BIREME. A primeira versão é utilizada no ambiente Web do MMA e, a segunda, para os ambientes das Redes Regionais de Educação Ambiental, parceiros numa primeira fase de levantamento de informações e alimentação de bases filiais do SIBEA.

A base de dados do sistema dispõe de informações sistematizadas, submetidas a uma matriz de classificação, assim organizadas: Instituições; Educadores / Especialistas / Pesquisadores; Bibliografia Analítica; Periódicos/Artigos; Legislação; VideoTape / CD; Notícias; Eventos / Seminários / Comunicações; Programas / Projetos / Cursos e Práticas Sustentáveis.

A nova plataforma de apoio

Buscando oferecer a sociedade uma ferramenta com arquitetura flexível e dinâmica, capaz de gerar

indicadores e relatórios complexos, como por exemplo, a viabilidade do cruzamento de informações, iniciou-se um processo de desenvolvimento de uma arquitetura de apoio ao sistema que seja mais ampla, capaz de viabilizar o acesso a dados consistentes e atualizados e, ao mesmo tempo, que porte uma metodologia de tratamento e recuperação da informação tanto em formato abrangente quanto particularizado.

Nos quadros de movimento de aprimoramento, objetiva-se avançar no sentido de ampliar a base de dados, incorporando aos registros as referências que permitirão reportar o usuário a outras bases de dados (integração a outros sistemas de informação), tendo apresentado-se como demanda recorrente a necessidade de informações detalhadas sobre a formação, trajetória e atividades desenvolvidas por educadores, especialistas e pesquisadores nessa área.

O desenvolvimento dessa nova arquitetura está sendo projetado a partir do suporte disponibilizado pelo licenciamento da Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), adaptando seus sistemas componentes às necessidades do SIBEA.

A disponibilização dessa nova plataforma de apoio ao sistema, composta inicialmente por um Módulo de Competências em Educação Ambiental, um segundo Módulo de Instituições e por um terceiro Módulo de Redes Sociais, está com a implementação planejada a partir do mês de abril de 2006, por ocasião do V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental.

O SIBEA e o SINIMA

O desenvolvimento da nova plataforma SIBEA está sendo pensado a partir de uma estrutura que igualmente privilegie o fortalecimento de iniciativas institucionais, buscando articular seus propósitos e missão a outras iniciativas previstas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, como é caso do SINIMA. Essa perspectiva está assentada no reconhecimento da importância de uma referência, em nível ministerial, para todos os projetos que tratam da informação em meio ambiente. Dessa forma, o SIBEA pode ser uma contribuição ao SINIMA, constituindo-se mesmo num exemplo às práticas de governo eletrônico, padronização de informação e capilaridade junto à comunidade de meio ambiente ligada ao seu domínio informacional. Métodos e padrões do SIBEA podem ser diretrizes ao SINIMA.

Projeto “O que pensam as escolas que fazem educação ambiental”

Desde 2001 o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) monitora a presença da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental no Brasil. Se no primeiro ano, 61,2% das escolas do ensino fundamental declararam trabalhar com educação ambiental; já em 2004, com um percentual de 94% das escolas, podemos afirmar que esta prática se universalizou. As escolas afirmam que inserem a temática no currículo, ou em projetos, ou mesmo como disciplina específica.

Mas quais são os caminhos utilizados pelas escolas em educação ambiental? Para aprofundar estes dados e conhecer melhor como estas alternativas são processadas e significadas nos diferentes contextos escolares, possibilitando uma compreensão qualitativa dos caminhos de inserção da educação ambiental no ensino fundamental, foi criado o projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?”

Para responder a essas perguntas, uma parceria entre a SECAD/MEC, o INEP e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd, possibilitou a elaboração de uma pesquisa realizada em diversas etapas.

Essa ação permite ao MEC aperfeiçoar as diretrizes de educação ambiental no Plano Nacional de Educação, além de contribuir para o fortalecimento e a implantação das políticas públicas no ensino básico e no ensino superior.

Objetivos

- Aprofundar a compreensão sobre a presença da educação ambiental nas escolas públicas no Brasil, visando a construção de uma política de educação ambiental no ensino básico;
- Conhecer as características pedagógicas da educação ambiental trabalhada nas escolas; e
- Estimular a pesquisa em educação ambiental no Brasil em parceria com os programas de pós-graduação.

Estrutura do Programa

O projeto, acompanhado pelo Grupo de Trabalho de Educação Ambiental da ANPEd, garantindo a discussão mais ampla na academia, possui três fases:

A primeira apresenta uma análise dos dados disponíveis no Censo Escolar 2001 a 2004 para definir amostragens representativas para uma pesquisa qualitativa, além de permitir a geração de indicadores sobre a dinâmica da educação ambiental nos municípios. Os resultados dos dados estatísticos permitirão atualizar, comparar e monitorar a dinâmica de inserção da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental, comparando os resultados dos censos de 2001 a 2004.

A segunda fase refere-se à aplicação de questionário, tipo “*survey*” em uma amostra de escolas definida a partir dos resultados da fase anterior. Especialistas de universidades federais de cada região do país³ construirão juntos uma estrutura metodológica básica para a realização de pesquisas mais aprofundadas em municípios da amostra. E a terceira fase fomentará estudos de caso, etnografias e outras pesquisas sobre a *práxis* em educação ambiental na pós-graduação.

³Universidades coordenadoras: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande; Universidade Federal do Pará, com o apoio da Universidade de São Paulo; Universidade Federal do Mato Grosso; Universidade Estadual Paulista – Botucatu; Universidade Federal do Amapá e Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

Projeto “Mapeamento da Educação Ambiental no Ensino Superior”

A concretização do disposto na PNEA, passa necessariamente pelo debate conceitual de educadoras(es) e pesquisadoras(es) que atuam na educação superior e tendo como eixo de sua atuação a educação ambiental.

Este mapeamento teve origem durante o V Encontro da Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis – RUPEA, realizado entre os dias 3 e 6 de novembro de 2004, integrando as atividades do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, e do Grupo de Trabalho “Programas Universitários de Educação Ambiental”, que contou com a participação de 62 pessoas representando 34 universidades brasileiras.

Objetivos

- Contribuir para a ampliação do debate a respeito da educação ambiental em Instituições de Ensino Superior brasileiras, com vistas à reflexão sobre políticas públicas educacionais que considerem a dimensão ambiental na formação dos profissionais de nível superior das diferentes áreas do conhecimento; e
- Contribuir para a reestruturação e consolidação da RUPEA, como espaço de reunião, articulação e fortalecimento de instituições universitárias e seus sujeitos sociais na promoção de iniciativas e programas educacionais comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis.

Estruturação do Programa

Para o mapeamento da educação ambiental no ensino superior foi elaborado um questionário que foi respondido pelas pessoas – docentes, funcionárias(os) e/ou pesquisadoras(es) – e grupos que têm a educação ambiental na educação superior como campo específico de atuação. Foram feitos um levantamento geral institucional – com questionário enviado para todas as IES; um levantamento geral por docentes – articulado ao anterior, voltado aos docentes e pesquisadores de todas IES e um mapeamento piloto entre grupos de docentes e pesquisadores.

Principais resultados

Do total das IES que responderam ao questionário, 14 são públicas e 8 privadas. Elas se distribuem entre 11 Unidades da Federação e as cinco Regiões do País (com a presença marcada das IES do Estado de São Paulo). Os responsáveis pelo preenchimento do formulário se apresentaram, na maioria dos casos, como docentes e/ou pesquisadores que coordenam ou pertencem a grupos de educação ambiental.

A maioria (60%) dos grupos de educação ambiental foi criada entre 2000 e 2005 e desenvolve atividades de estudo, pesquisa, extensão e gestão, sendo que despontam as de pesquisa e extensão. Eles são compostos por estudantes e docentes, mas também por profissionais, especialistas, pesquisadores, técnicos-administrativos e outras pessoas que atuam em outros órgãos (governamentais e não governamentais). Mantêm relações com públicos internos e externos às comunidades universitárias, atuando no campo da gestão ambiental, da mobilização e capacitação social, da ambientalização curricular e em redes.

Apenas 30% dos respondentes declararam ter em suas respectivas IES órgãos que centralizam e/ou coordenam as ações de educação ambiental, ou que se constituem em referência nesse assunto. Apesar de não ter sido explicitada uma demanda por estas estruturas organizacionais, os respondentes indicaram algumas limitações para a implantação de programas de educação ambiental que poderiam ser superadas, pelo menos até certo ponto, pela criação de centros que funcionem como espaços de interlocução, nos quais se trabalhem as dificuldades dos professores para incorporar a dimensão ambiental em sua prática de ensino e pesquisa, os interesses das diversas unidades, além de propor-se a sistematizar, divulgar e apoiar as iniciativas de ambientalização das atividades acadêmicas.

Dentre as iniciativas de educação ambiental relatadas pelos respondentes, despontam os projetos (especialmente de pesquisa e de extensão) e as disciplinas ministradas nos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização). A graduação se destaca pela maior inserção de disciplinas voltadas para a temática ambiental, especialmente nos cursos de Biologia e Ciências Biológicas, Turismo e Pedagogia. Em algumas IES se oferecem disciplinas de educação ambiental a todos os cursos de graduação (bacharelado e licenciatura). No mestrado e doutorado as disciplinas são predominantemente eletivas ou optativas e apenas duas são oferecidas no modo obrigatório.

Deve-se reconhecer que as informações sobre as disciplinas não revelam seus focos e conteúdos, nem fornecem uma medida do grau de ambientalização efetiva dos currículos nos quais se inserem, pois a temática e a educação ambiental podem ser objeto de disciplinas que não foram mapeadas (devido também às limitações da metodologia adotada para este levantamento). A ênfase dada pelos respondentes às disciplinas expressamente voltadas para a educação ambiental pode ser interpretada de diversas maneiras: por um lado, pode corresponder à visão de disciplina como fator desencadeador de um processo mais amplo de ambientalização curricular; por outro, pode ser indicadora da dificuldade de tornar a educação ambiental um componente essencial e, portanto, transversal da educação, o que representa, para os respondentes, uma prioridade na elaboração de políticas para a consolidação da educação ambiental nas IES.

No que diz respeito aos projetos de educação ambiental, os respondentes atribuíram maior ênfase à pesquisa (86%), seguida pela extensão (45%), ensino (38%) e gestão (36%), sendo que a maior parte dos projetos integra as quatro dimensões da prática acadêmica.

Foram mapeados trinta cursos de educação ambiental, entre especialização e de extensão. Tanto os cursos de especialização como de extensão foram criados nas últimas duas décadas, principalmente nos últimos anos da década de 90 e nos primeiros anos da década de 2000. Os cursos de especialização são voltados principalmente à formação de educadores e gestores ambientais, enquanto muitos dos cursos de extensão são específicos para a formação de educadores ambientais no ensino formal.

Das informações relativas às estruturas e aos espaços educadores, podemos depreender que esses se centram na pesquisa, no ensino e na extensão e, com menor frequência, na gestão ambiental. Laboratórios, núcleos e centros de educação ambiental foram os tipos mais citados. De maneira geral, atendem a um público local e regional e têm entre seus parceiros, órgãos governamentais, escolas e entidades da sociedade civil. A este respeito, cabe mencionar que a presença de infra-estrutura (para a operacionalização de atividades e o desenvolvimento de projetos) consta entre os fatores facilitadores no processo de construção de programas de educação ambiental.

A participação nas políticas públicas de educação ambiental pode ser apontada como mais uma iniciativa que vem fortalecendo o vínculo entre as universidades e a sociedade. Todas elas, efetivamente, parecem expressar uma demanda social emergente, que de certa maneira induziu a formação de grupos, a criação de órgãos, a instituição de disciplinas e cursos, etc.

Foi observado também que a gestão ambiental dos campi, que representa uma dimensão essencial da formação ambiental, não tem sido objeto prioritário das iniciativas e intervenções mencionadas pelos respondentes. Nem por isso, porém, ela pode ser negligenciada por uma política que se proponha a ambientalização da educação superior.

Fortalecimento da educação ambiental nas relações internacionais

Diretório de Documentos sobre a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Em decorrência da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo 2002, também conhecida como Rio+10), a 57ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em 20 de dezembro de 2002, baixou a Resolução nº 254, instituindo a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, a começar no dia 1º de janeiro de 2005.

As Nações Unidas designaram a UNESCO como o organismo encarregado da elaboração do Plano de Implementação da Década, e convidaram os governos a aderir ao processo, incluindo as medidas necessárias para desenvolver suas estratégias e políticas de educação ambiental no marco da Década. A Resolução obteve o apoio de 46 países, e representa uma oportunidade de aplicação do Capítulo 36 da Agenda 21, realizado em sintonia com outras iniciativas, a exemplo da Década da Alfabetização (2003-2012), do Plano de Ação de Dakar de Educação para Todos (Fórum Mundial de Educação 2000), do Projeto Milênio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2002-2015).

Tem como diretriz a promoção de valores éticos na perspectiva da mudança nos estilos de vida das pessoas e da construção do desenvolvimento sustentável. Contudo, representa um campo emergente, dividindo opiniões entre os educadores ambientais comprometidos com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, com os educadores ambientais comprometidos com a renovação da educação ambiental para abrir o diálogo com o campo do desenvolvimento sustentável.

Porém, as informações relativas à Década e às iniciativas associadas encontram-se dispersas, dificultando a localização de documentos e reflexões sobre o assunto. Nesse contexto, o Órgão Gestor da PNEA reuniu e sistematizou mais de 90 documentos sobre a Década, que podem ser baixados gratuitamente em formato PDF, a partir do Diretório de Documentos criado na página virtual www.deds.cjb.net.

Objetivos

- Criar espaços de diálogo e de condições de adequação desta iniciativa com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;
- Apoiar a socialização da iniciativa das Nações Unidas;
- Estimular a análise crítica e ponderada sobre os benefícios e desafios da implementação internacional da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Metodologia

- Publicação do livro "Identidades da Educação Ambiental Brasileira", reunindo autores que abordam a educação ambiental no Brasil a partir de outros vocábulos, em busca da leitura identitária das vertentes político-pedagógicas existentes no país;
- Publicação do relatório da pesquisa aplicada junto ao público do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (Série Documentos Técnicos, nº5) para avaliação do grau de conhecimento e adesão à iniciativa;
- Criação de uma página virtual com informações disponibilizadas preferencialmente em português sobre documentos, livros, artigos, relatórios, sites e eventos relacionados à Década;
- Publicação do livro "Educação para o Desenvolvimento Sustentável: a Década das Nações Unidas em debate", para uma avaliação ponderada e problematizadora dos significados políticos da "educação para o desenvolvimento sustentável"; e
- Interlocução, com a participação da REBEA, com organismos de cooperação internacional como UNESCO e PNUMA, além de outras instâncias participantes do processo de implementação da Década.

Informações adicionais: www.deds.cjb.net

Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental

O Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental – PLACEA nasceu em 1992 a partir da idéia de se criar, fortalecer e consolidar um mecanismo regional de cooperação internacional em educação ambiental, durante o I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental. Foi elaborado em função da necessidade de se propiciar espaços para análise do processo educativo-ambiental na região latino-americana e caribenha, de se estabelecer processos de reflexão conceitual e metodológica, de se criar e consolidar vínculos de intercâmbio e cooperação e finalmente, de se estabelecer, consolidar e fortalecer as estruturas de apoio para difundir e dar continuidade às ações existentes na região. O governo da Venezuela, por intermédio de seu ministério do meio ambiente, foi responsável pela condução dos debates e construção participativa da proposta; que foi aprovada na XIV Reunião do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizada em novembro de 2003 no Panamá. Em dezembro de 2004 foi realizada uma reunião de trabalho de especialistas em gestão pública da educação ambiental da região para elaboração de seu plano de implementação.

Objetivos

Estabelecer um mecanismo regional permanente que impulse a coordenação de políticas, estimule o desenvolvimento de programas e projetos, e fomente a comunicação, o intercâmbio e o apoio mútuo entre os governos regionais, assim como entre estes e os outros atores sociais envolvidos com o desenvolvimento de programas de educação ambiental.

Metodologia

O PLACEA deve ser implementado no marco da Rede de Formação Ambiental do PNUMA, em sintonia com o Plano de Ação de Barbados, com a Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), em particular às oito áreas temáticas estabelecidas pelo Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe como prioritárias:

- Acesso a recursos genéticos e distribuição eqüitativa dos benefícios;
- Gestão de recursos hídricos;
- Assentamentos humanos;
- Energias renováveis;
- Comércio e meio ambiente;
- Instrumentos econômicos e política fiscal; e
- Indicadores ambientais.

A implementação do PLACEA está sob coordenação geral da Venezuela e PNUMA, e a região latino-americana e caribenha foi dividida em cinco sub-coordenações. O Brasil está inserido no Cone Sul, ao lado da Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile (Coordenador Sub-Regional). No âmbito nacional, será realizado um cadastro das entidades que atuam nas oito áreas prioritárias da Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC) definidas pelo Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe.

Em outubro de 2005, em uma sessão especial do I Encontro Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental, o governo peruano finalizou junto aos representantes dos países desta região, o Plano Andino-Amazônico de Comunicação e Educação Ambiental (PANACEA), envolvendo os ministérios da educação e do meio ambiente e as entidades que trabalham com a educação ambiental na região amazônica, envolvendo ainda a comunicação além da educação ambiental.

Em 22 de fevereiro de 2006, ocorreu em Iquitos, o II Encontro do PANACEA, que objetivou debater as propostas de atividades, estabelecer os critérios de priorização das atividades e suas estratégias de implementação. Na ocasião, os representantes dos ministérios da educação e do meio ambiente da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Ecuador, Peru e Venezuela, encarregados da educação ambiental nestes

países, acompanhados pelos representantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), da Secretaria Geral do Convênio Andrés Bello (SECAB), GTZ Peru e da Rede de Formação Ambiental do PNUMA, ratificaram o acordo em função do desenvolvimento de três linhas de trabalho:

- Políticas públicas e estratégias nacionais e regionais de educação ambiental;
- Comunicação para a educação e gestão ambiental; e
- Formação, capacitação e investigação em comunicação e educação ambiental.

Resultados esperados

- Políticas públicas em educação ambiental na região consolidadas;
- Mecanismos para o trabalho em rede estabelecidos;
- Comunicação entre organismos públicos e privados estabelecida;
- Aspectos conceituais e metodológicos da educação ambiental (segundo a ótica regional) fortalecidos;
- Capacitação e atualização continuada dos educadores e outros atores envolvidos nos processos educativo-ambientais na região fortalecida;
- Fundo para o financiamento de projetos regionais prioritários instituído;
- Documento Técnico para socialização da iniciativa no país elaborado;
- Mapeamento das entidades que trabalham nas oito áreas temáticas prioritárias do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe realizado.

Informações adicionais: www.placea.cjb.net

Enraizamento da Educação Ambiental nos Sítios RAMSAR

O Brasil é signatário da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional. Mais conhecida como Convenção RAMSAR, lida essencialmente com as áreas úmidas (pântanos, mangues, marismas, banhados, etc.). A Diretoria de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (DAP/MMA) é Ponto Focal da Convenção RAMSAR no Brasil, e a DEA/MMA é o Ponto Focal brasileiro da educação ambiental na Convenção RAMSAR. Os países necessitam produzir um relatório a cada três anos (o último foi gerado no ano de 2004), apresentando os avanços realizados no período.

Objetivos

- Criar uma estrutura educadora – a Sala Verde – nos oito Sítios RAMSAR brasileiros; e
- Disponibilizar publicações educativas voltadas às áreas úmidas produzidas pela Convenção RAMSAR, e produzidas no contexto brasileiro.

Público e regiões envolvidos

Público visitante das oito unidades de conservação brasileiras que receberam o título de “Sítio RAMSAR” e suas áreas de influência:

Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS)
Parque Nacional do Pantanal (MT)
RPPN do SESC Pantanal (MT)
Parque Nacional do Araguaia (TO)
Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luiz (MA)
APA das Reentrâncias Maranhenses (MA)
APA da Baixada Maranhense (MA)

Metodologia

- Realização de visitas ao Sítio RAMSAR para estabelecimento de articulação com a DEA/MMA;
- Acompanhamento das demandas de natureza educativa que o Sítio apresenta;
- Realização de um trabalho conjunto e articulado aos programas e ações da DEA (lembrando a data comemorativa do Dia Mundial das Áreas Úmidas – 2 de fevereiro – servir como um ponto de culminância para ações comunicativas midiáticas); e
- Produção de materiais educativos em parceria com os Sítios RAMSAR.

Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola

A cooperação internacional Brasil-Angola, conforme estabelecido entre os dois governos através do *Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica*, assinado em 03 de novembro de 2003, ampara um processo de intercâmbio de experiências, e de cooperação prestada, entre as quais a elaboração e implementação do Programa Angolano de Educação Ambiental e a capacitação de multiplicadores angolanos para o exercício da educação ambiental.

Objetivos

- Criar um Programa Nacional de Educação Ambiental em Angola, elaborado democraticamente com os segmentos sociais angolanos envolvidos com a educação ambiental; e
- Capacitar tecnicamente em educação ambiental para os atores envolvidos com o Programa.

Metodologia

- Criação de um espaço de interlocução bilateral em educação ambiental entre Angola e Brasil;
- Levantamento do estado da arte da educação ambiental em Angola por intermédio de análise documental e de visita técnica;
- Realização de Oficinas de formação de gestores e editores em educação ambiental angolanos no Brasil;
- Definição das estratégias e diretrizes para a elaboração do Programa Angolano de Educação Ambiental;
- Apoio à criação e fortalecimento de estruturas institucionais para a gestão da educação ambiental em Angola (coletivos e colegiados para a organização social dos profissionais, troca de informações, deliberação política da matéria concernente à educação ambiental); e
- Apoio à elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do Programa.

Resultados esperados

- Grupo de gestores em educação ambiental aptos a desenhar e implementar o Programa Angolano de Educação Ambiental;
- Programa Angolano de Educação Ambiental elaborado de modo participativo;
- Rede de Educação Ambiental de abrangência nacional, articuladora das províncias angolanas, instituída;
- Sistema de monitoramento e avaliação do Programa implantado.

V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental

Em decorrência das demandas educativas para o enfrentamento da questão ambiental proporcionadas durante a Rio-92, em novembro do mesmo ano ocorreu na cidade de Guadalajara, México, o I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, contando com a presença de 450 pessoas de 25 países. Esse evento iniciou o processo de discussão acerca das identidades da educação ambiental latino-americana, caribenha, e ibérica. Cinco anos depois, novamente a cidade de Guadalajara, no México, abrigou a segunda edição do evento, reunindo 962 representantes de 25 países. O III Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental ocorreu em Caracas, Venezuela, em outubro de 2000, reunindo quase 1500 participantes provenientes de 19 países; e contou com a proposta de um projeto de cooperação internacional rascunhado para discussão entre os participantes do evento paralelo “Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental”. O IV Congresso ocorreu em La Havana, Cuba, em junho de 2003, e reuniu 294 pessoas de 19 países, avançando na elaboração do Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental.

A quinta edição, intitulada “a contribuição da educação ambiental para a sustentabilidade planetária”, realizada de 5 a 8 de abril de 2006 e, Joinville, Santa Catarina, tem o Órgão Gestor da PNEA; a prefeitura de Joinville; o governo do Estado de Santa Catarina; o PNUMA e a UNESCO como as entidades organizadoras.

Objetivos

- Debater a contribuição da educação para a construção de valores, bem como das bases culturais e políticas da transição para a sustentabilidade planetária;
- Prosseguir a série histórica dos congressos como arena de debates da educação ambiental na região ibero-americana;
- Debater a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- Consolidar e ampliar a Rede de Formação Ambiental do PNUMA; e
- Expandir a articulação internacional para os países de língua portuguesa viabilizarem a construção de um programa regional integrado de educação ambiental.

Público e regiões envolvidos

Gestores públicos e privados, professores, pesquisadores e ativistas socioambientais no campo da educação e do meio ambiente, ligados a instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, universidades e instituições de pesquisa, empresas, escolas e entidades sindicais; além de organismos internacionais e regionais voltados à região ibero-americana. Estima-se a participação de aproximadamente de 4.500 pessoas.

Metodologia

- Realização de conferências e mesas-redondas; grupos de trabalho, oficinas e mini-cursos;
- Apresentação de trabalhos e experiências;
- Lançamento de livros e mostra de vídeos ambientais;
- Realização de eventos integrados (III Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental, 2ª Reunião de Especialistas em Gestão Pública da Educação Ambiental na América Latina e Caribe, I Simpósio de Países de Língua Portuguesa sobre Educação Ambiental, Feira de Tecnologias, Projetos e Experiências de Economia Solidária rumo à Sustentabilidade Mídia e Educação Ambiental, Espaço da Juventude).

Informações adicionais: www.5iberoea.org.br

**Gestão ambiental e educativa
na administração pública:
MMA e MEC**

Agenda Ambiental na Administração Pública

O governo é um grande consumidor de recursos naturais, bens e serviços nas suas atividades meio e finalísticas, o que, muitas vezes, provoca impactos socioambientais negativos. A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P foi proposta em 1999 pelo MMA, respondendo a compreensão de que o governo federal possui papel exemplar na revisão dos padrões de consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, a A3P é uma estratégia de construção de uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais em todos os níveis da administração pública.

A gestão compartilhada da A3P é um meio para a efetivação da transversalidade no âmbito do MMA e do SISNAMA, com os demais órgãos integrantes da administração pública, na busca do desenvolvimento sustentável, e em 10 de setembro de 2004, foi assinada a Portaria Ministerial nº 221, que determina esse caráter transversal com a participação de diversos setores do MMA e entidades vinculadas na Comissão Gestora e no Conselho Consultivo da A3P.

Objetivos

Inserir critérios socioambientais nas administrações públicas das três esferas de governo, visando a construção de uma cultura institucional que possibilite melhoria do ambiente de trabalho e da relação do servidor público com o bem público; o uso positivo do poder de compra do governo; a redução dos impactos socioambientais negativos advindos das atividades administrativas governamentais; e o estímulo à melhoria da qualidade de vida nas instituições públicas.

Metodologia

Existem duas instâncias para a implementação da A3P: a Comissão Gestora e a Comissão Setorial.

A Comissão Gestora é responsável por produzir material de divulgação e apoiar a implementação da A3P em todo o país; alimentar a página da A3P na *Internet* com informações atualizadas; sugerir meios para sua institucionalização às parceiras interessadas; propor medidas que visem sua melhor implementação (estimular a constituição de comissões setoriais, “passo a passo”, proposta de medidas a serem adequadas a realidade da instituição – parceria com cooperativa de catadores, impressão frente e verso, inserção de alguns critérios socioambientais nos processos licitatórios, etc).

É papel desta Comissão estabelecer critérios mínimos para que uma instituição caracterize-se como adequada à A3P. Além disso, cabe também à Comissão Gestora a promoção de troca de experiência entre aquelas que estão implementando a agenda. Esta Comissão é composta por um representante e respectivo suplente das secretarias do MMA e entidades vinculadas (excetuando o JBRJ), além da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e da Diretoria de Educação Ambiental.

No caso da implementação local (órgãos da administração pública municipal, estadual e federal), constitui-se uma Comissão Setorial mista no órgão que esteja implementando a A3P para planejar e coordenar, com o apoio da Comissão Gestora do MMA, as seguintes atividades:

- Diagnóstico de situação atual;
- Mapeamento de parcerias locais;
- Definição de políticas de uso racional da água, de eficiência energética, de redução ao desperdício de bens de consumo, de redução na geração de resíduos sólidos e perigosos, de qualidade no ambiente de trabalho e de compras e contratações sustentáveis;
- Elaboração de um programa de formação e capacitação continuada dos seus servidores;
- Implementação dessas políticas e deste programa;
- Divulgação de informações e das ações para os funcionários da instituição; e
- Acompanhamento, avaliação e adequação, quando necessário.

Resultados Esperados

- Publicação de material didático;
- Criação da Rede A3P, para troca de experiências e formulação de propostas para o Programa;
- Implementação da Agenda em 100% do MMA e vinculadas, assim como em todos os segmentos da Administração Pública.

Alguns processos em desenvolvimento

- Parcerias com instituições federais, estaduais e municipais para implementação da A3P
- Realização do 1º Fórum Governamental de Gestão Ambiental na Administração Pública

Informações adicionais:

Diretoria de Educação Ambiental – (61) 4009-1207

Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – (61) 4009-1133

Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos – (61) 4009-1316

Com-Vida MEC: Programa Institucional de Gestão Ambiental

Diariamente transitam pelo prédio do Ministério da Educação e seus anexos, aproximadamente quatro mil pessoas entre servidores, prestadores de serviços e visitantes. Estas pessoas utilizam uma significativa quantia de recursos como água, energia elétrica, papel, copos plásticos entre inúmeros outros. Neste contexto, o MEC criou o programa de gestão ambiental visando a melhor gestão dos recursos naturais e a diminuição dos impactos ambientais gerados pelas suas atividades.

Objetivos

- Utilizar racionalmente os recursos naturais e financeiros;
- Melhorar a qualidade de vida no local de trabalho;
- Formar recursos humanos comprometidos com esta missão;
- Estimular a formação de valores, atitudes e comportamentos, mediante um programa educativo de gestão ambiental participativa; e
- Estabelecer diretrizes para uma política interna de melhoria das condições de trabalho e qualidade de vida no MEC.

Estruturação do Programa

O Ministério da Educação vem estimulando, por meio do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, a formação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Com-Vida nas 16 mil escolas que participaram da I Conferência Nacional Infante-juvenil pelo Meio Ambiente. Essas comissões têm o objetivo de fazer da escola um ambiente sustentável sem desperdício de água, papel, energia, merenda, por meio de um dia-a-dia participativo e democrático. Neste sentido, o MEC está formando a sua Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, a Com-Vida MEC tendo entre seus objetivos: fazer a gestão e propor ações para o programa; estimular a participação dos servidores e visitantes, bem como dar bom exemplo às escolas legitimando suas orientações e políticas para este público.

Resultados

Desde o início dos trabalhos (época do “apagão”) várias ações vem sendo realizadas no MEC com o objetivo de otimizar a utilização de insumos. Os resultados foram visíveis nas contas de água e energia. A utilização e o descarte de papéis, plásticos entre outros, ainda continuam elevados, entretanto, diariamente o MEC coleta e encaminha para uma associação de catadores de resíduos de Brasília cerca de uma tonelada de recicláveis contribuindo desta forma para a geração de renda de 200 famílias.

A formação da Com-Vida MEC possibilitará a animação permanente deste processo e o envolvimento das pessoas, propiciando a otimização do uso dos recursos naturais.

As modalidades de apoio e fomento à educação ambiental

Fomento à Educação Ambiental

O Órgão Gestor da PNEA não possui recursos próprios para o financiamento de projetos, apoiando somente aqueles provenientes de emendas parlamentares ou que tenham outras dotações orçamentárias.

Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA

O apoio do FNMA aos projetos se dá se duas formas: demanda espontânea, por meio da qual os projetos podem ser apresentados em qualquer época do ano, oriundos de qualquer região, devendo obedecer aos princípios do FNMA e às linhas temáticas vigentes; e demanda induzida, por meio da qual os projetos são apresentados em resposta a editais específicos ou outras formas de indução, com prazos definidos e direcionados a um tema ou a uma determinada região do país.

Demanda espontânea

Núcleo Temático: Sociedades Sustentáveis

Área de Atuação: Educação ambiental para a construção de sociedades sustentáveis

A atuação na área está orientada ao fomento da educação ambiental como instrumento de formação humana, voltado para melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas, por intermédio de projetos que tenham por objetivo promover ações educativas voltadas a atitudes e práticas equilibradas, à construção de valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

Ação: Educação Ambiental para a Sustentabilidade

Estratégias

- Envolvam a comunidade nas etapas a serem fomentadas e mobilizem lideranças locais (associações de bairros, grupos de moradores, escolas, etc.);
- Proponham soluções mitigadoras dos problemas ambientais a serem enfrentados, envolvendo processos educativos e participativos;
- Apresentem parcerias para a elaboração e execução da proposta;
- Sejam executados por profissionais com sólida experiência em educação ambiental ou popular;
- Envolvam as dimensões social, ambiental, econômica, cultural e política nas temáticas abordadas e na caracterização da equipe proponente;
- Apresentem estratégias de acompanhamento e avaliação participativa, com ênfase na aprendizagem dos envolvidos.

Resultados Esperados

- Efetivo envolvimento dos atores no equacionamento ou minimização dos problemas ambientais identificados, passíveis de serem resolvidos pela ação destes atores ou organização, no sentido de buscar a solução a partir da cobrança das instâncias pertinentes;
- Controle social promovido por meio do incentivo e qualificação da comunidade, utilizando instrumentos de comunicação e espaços de articulação. Entende-se por controle social a participação ativa nas decisões de poder que repercutirão sobre a sociedade, bem como na proposição de ações e programas para a resolução de problemas;
- Indicadores de mudanças estimuladas a partir de ações promovidas pelo projeto.

Duração: 18 a 24 meses

Valor mínimo: R\$ 50.000,00

Valor máximo: R\$ 250.000,00

Despesas de capital, desde que contextualizadas a proposta, estão restritas a no máximo 20% do valor solicitado ao FNMA.

Ação: Produção de Material Pedagógico

Esta ação visa fomentar a produção interativa de materiais educativos, coerentes com os objetivos e princípios da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) Lei nº 9.795/99 e do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), disseminando processos participativos de criação e de gestão da comunicação socioambiental, e propiciando a formação de educadores e comunicadores ambientais.

Para o apoio a projetos dessa ação deverá ser celebrado contrato de cessão parcial e temporária de direitos, viabilizando edições, copiagem e distribuição dos produtos pelo MMA e órgãos vinculados, em conformidade com a Lei nº 9.610/98.

O material produzido deverá ser disponibilizado em processos educativos fomentados pelos Ministério do Meio Ambiente e seus órgãos vinculados. Desta forma, as tiragens dos materiais deverão obedecer o critério de disponibilização de 40% para a instituição proponente e 60% para o FNMA.

Recomenda-se a utilização de materiais recicláveis para a confecção dos produtos.

Estratégias

- Desenvolvam processos pedagógicos participativos nas fases de pesquisa, elaboração da proposta e produção do(s) material(ais) pedagógico(s). Caso algumas destas fases já tenham sido concluídas, faz-se necessário demonstrar o processo de execução das mesmas;
- Apresentem parcerias para a elaboração e execução dos projetos;
- Apresentem estratégia de promoção ou apoio à formação continuada de educadores e comunicadores ambientais;
- Indiquem os conteúdos dos materiais;
- Apresentem estratégia de difusão educativa dos materiais;
- Produção de materiais pedagógicos críticos sobre educação e meio ambiente, para uso em canais públicos de comunicação, favorecendo a educação ambiental difusa continuada.

Resultado esperado

- Produção de materiais pedagógicos críticos sobre educação e meio ambiente, para uso em canais públicos de comunicação, favorecendo a educação ambiental difusa continuada.

Duração: 12 a 18 meses.

Valor mínimo: R\$ 50.000,00

Valor máximo: R\$ 150.000,00

Essa ação não contempla despesas de capital.

Informações adicionais: Tel. (61) 4009-9090 / fnma@mma.gov.br / www.mma.gov.br/fnma

Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE

O FNDE é uma autarquia federal criada pela Lei nº 5.537/68, alterada pelo Decreto Lei nº 872/69, vinculada ao Ministério da Educação, tendo como missão prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da Educação, visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. O FNDE é o responsável pela descentralização dos recursos do MEC, por exemplo, os recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF.

Os recursos do FNDE são compostos pela contribuição social do Salário-Educação e do Tesouro Nacional. O salário-educação é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal, que serve como fonte adicional de recursos do ensino fundamental público, permitindo às três instâncias do Governo investirem em programas, projetos e ações que qualifiquem profissionais

da educação e estimulem alunos a permanecerem em sala de aula. Além de transferências voluntárias, estabelecidas pela seleção de projetos, existem as transferências diretas nas quais o FNDE repassa recursos diretamente à Estados e Municípios conforme estabelece a Constituição Federal. O orçamento previsto para o exercício 2005 é da ordem de R\$ 7.6 bilhões.

Anualmente (geralmente no início do ano) o FNDE elabora e publica resoluções com as regras para o financiamento dos projetos. As resoluções são instrumentos semelhantes aos editais, uma vez que informam regras como: prazos para encaminhamento das propostas, tempo de execução dos projetos, despesas financiáveis, público beneficiário, natureza jurídica das instituições proponentes entre outras. Portanto, o FNDE não trabalha com demanda espontânea a exemplo do FNMA. Os projetos devem ser elaborados na forma de plano de trabalho, desta forma o FNDE dispõe de formulários (planilhas excel) e de um sistema para elaboração, cadastro e acompanhamento de projetos educacionais, chamado Sapenet – Sistema de Elaboração e Cadastro de Projetos, ambos disponíveis no sítio do FNDE (www.fnde.gov.br).

Os Planos de trabalho nada mais são que os próprios projetos, entretanto, trata-se de projetos simplificados que devem usar linguagem simples e objetiva. Os espaços para preenchimento são reduzidos, o que força a elaboração de propostas bem enxutas, no entanto, extremamente claras.

As instituições que podem propor projetos ao FNDE no que tange recursos de transferências voluntárias de modo geral são: órgãos ou entidades pertencentes à administração pública federal, estadual ou do Distrito Federal e municipal direta ou indireta, além de entidades privadas sem fins lucrativos. Cabe a cada uma das resoluções estabelecer os critérios quanto à elegibilidade das proponentes de acordo com a temática abordada. Por exemplo, no que tange a formação continuada de professores as instituições proponentes podem ser órgãos ou entidades municipais, além de secretarias de estaduais de educação. No caso de projetos de ações de apoio educacional para crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, somente instituições privadas sem fins lucrativos podem encaminhar projetos.

No que tange a educação ambiental, o FNDE apóia projetos em duas das ações: Formação Continuada de Professores e Ações Educativas Complementares.

Formação continuada de professores: esta ação é destinada à atualização e ao aperfeiçoamento dos docentes que atuam no ensino básico, mediante propostas pedagógicas com duração de, no mínimo 80 horas e, no máximo 120 horas anuais. A Secretaria de Educação Básica – SEB é a responsável no âmbito do MEC pela elaboração da resolução e acompanhamento dos projetos.

Ações educativas complementares: trata-se de atividades educacionais, complementares à escola, realizadas junto às crianças, adolescentes, jovens e suas respectivas famílias desenvolvendo suas potencialidades e contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e participantes do contexto social. O objetivo destas ações é favorecer a permanência de crianças, adolescentes e jovens no contexto educativo, proporcionando melhor desempenho escolar e um ambiente saudável para o convívio escolar e comunitário. Neste contexto a CGEA/MEC, no sentido de propiciar continuidade à construção permanente da educação ambiental no Brasil, elaborou o Programa Educação de Chico Mendes. Este programa faz parte de um círculo virtuoso de busca de conhecimento, pesquisa, geração de saberes e criação de ações transformadoras a partir das Escolas e Comunidades. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) por meio da Coordenação Geral das Ações Educativas Complementares (CGEAC/MEC) é a responsável pela elaboração da resolução e acompanhamento dos projetos.

Programa de fomento a projetos de educação ambiental no ensino básico: Educação de Chico Mendes

Tornou-se imprescindível estabelecer uma relação entre as escolas e as comunidades, seus territórios e problemas socioambientais, incentivando alunos e professores a tornarem-se não só educadores ambientais, como sujeitos de intervenção e construção de uma nova sociedade baseada na ética da sustentabilidade, remontando ao exemplo e experiência do sindicalista e seringueiro Chico Mendes, um dos símbolos da luta ambientalista em nosso país.

Este Programa só pôde ser implementado por meio da parceria entre a CGEA/MEC e a CGAEC/MEC, donatária do recurso financeiro, ambas vinculadas ao Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Desta forma, as instituições proponentes que atendem integralmente as regras previstas na Resolução CD/FNDE e as diretrizes do Programa Educação de Chico Mendes podem buscar financiamento para seus projetos.

Após todo o processo de divulgação, orientação, recebimento e análises das propostas, os resultados alcançados em 2005, foram extremamente significativos e animadores. Dos 1.219 projetos encaminhados às Ações Educacionais Complementares, 252 são de educação ambiental. De todos os 409 projetos conveniados, 62 contemplam a educação ambiental, sendo que das 27 Unidades Federativas, 25 encaminharam projetos e 19 estados tiveram os mesmos aprovados.

Os 62 convênios de educação ambiental contemplam em 75 municípios um total de 937 escolas, 5.907 professores e 281.575 alunos. O valor destinado é de mais de três milhões de reais, triplicando os recursos financeiros previstos no Plano Plurianual do MEC para o exercício 2005 no que tange a educação ambiental.

Existem outros oitenta projetos que foram aprovados, porém os recursos financeiros não foram suficientes para atender a demanda. Visando o equacionamento desta questão, a SECAD irá atuar junto ao FNDE para que parte dos recursos previstos para o ano de 2006 sejam utilizados no pagamento dos projetos aprovados no ano anterior. Será lançada também uma nova Resolução FNDE para a seleção de novos projetos para o exercício atual.

Informações adicionais: www.fnde.gov.br

Concessão de Chancela a Projetos de Educação Ambiental

O Órgão Gestor da PNEA apóia institucionalmente projetos que estejam em consonância com os princípios e diretrizes da PNEA e do ProNEA, uma vez que é de nosso interesse estimular e promover ações que descentralizem as atividades dos diversos atores sociais na educação ambiental. Esta seção é direcionada a orientar a elaboração de projetos a serem submetidos ao Órgão Gestor da PNEA e a esclarecer o processo e os critérios de análise dos projetos.

Elaboração do Projeto

O projeto deve ser elaborado com estrutura lógica bem definida, de forma que explicita as seguintes informações: título, público envolvido, localização, duração, justificativa (incluindo um diagnóstico prévio do contexto), filosofia da proposta, objetivos, metodologia, resultados esperados e o tipo de apoio solicitado.

Apresentação do Projeto

O projeto deve conter a identificação da instituição proponente, dos parceiros e da equipe técnica envolvida (currículo resumido), incluindo um breve histórico do proponente, sua área de abrangência, informações sobre os projetos em andamento e a experiência da instituição em sua área de atuação e com educação ambiental.

Encaminhamento do Projeto

Antes do encaminhamento do projeto, devem ser observadas as competências dos componentes do Órgão Gestor da PNEA. Se o projeto lidar com a modalidade de educação informal ou não formal, a apresentação deve ser feita à Diretoria de Educação Ambiental do MMA, e se o projeto lidar com a modalidade de educação formal, a apresentação deve ser feita à Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC.

No caso de haver o envolvimento das duas modalidades acima, é desejável que o encaminhamento seja feito primeiramente ao setor cuja atuação mais se aproxima dos objetivos do projeto. Na medida do necessário, o encaminhamento será feito ao outro componente do Órgão Gestor da PNEA.

Avaliação do Projeto

Os critérios considerados para a análise de um projeto envolvem não só a clareza das informações e sua consonância com os princípios e diretrizes do Órgão Gestor da PNEA, mas também a análise da instituição proponente e de seus parceiros. Assim, listamos abaixo alguns pontos que devem ser observados:

- Estar em consonância com a PNEA e com o Decreto no 4.281/2002;
- Apresentar conformidade com os princípios do ProNEA, dos quais destacamos:
 - Abordagem integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
 - Respeito à liberdade e à equidade de gênero;
 - Reconhecimento da diversidade cultural, étnica, racial, genética, de espécies e de ecossistemas;
 - Enfoque humanista, histórico, crítico, político, democrático, participativo, inclusivo, dialógico, cooperativo e emancipatório;
 - Vinculação entre as diferentes dimensões do conhecimento, entre os valores éticos e estéticos, entre a educação, o trabalho, a cultura e as práticas sociais;
 - Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; e
 - Garantia de continuidade e permanência do processo educativo.
- Contribuir com a problematização do tema, ponderando visões e interesses diversos, permitindo a

abordagem crítica e reflexiva do educando, estimulando-o tanto a compreender as complexas relações causais da problemática abordada, como a tirar suas próprias conclusões sobre como posicionar-se e intervir diante da realidade em que se situa;

- Estimular o interesse pela mobilização e participação do educando em ações cidadãs em prol da sustentabilidade, tanto em ações individuais como coletivas;
- Contribuir para o alcance dos objetivos do ProNEA, sendo orientado pela sua missão;
- Enquadrar-se em pelo menos um dos programas e ações do Órgão Gestor da PNEA;
- Apresentar experiência em educação ambiental;
- Apresentar, quando for o caso, referência a documentos de referência como Agenda 21, Programas e Planos Nacionais no âmbito do MMA e MEC, Tratados e Protocolos Internacionais.

Apoio ao Projeto

Após a análise e aprovação do Órgão Gestor da PNEA, o projeto será encaminhado de acordo com o apoio a ser concedido, e para isso sendo possível a emissão de carta de apoio institucional, a celebração de acordo de cooperação, convênio ou outros instrumentos jurídicos adequados a cada caso.

Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Série Documentos Técnicos

1. CIEAs – Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental
2. Programa de Educomunicação Socioambiental
3. Construindo juntos a educação ambiental brasileira: relatório da Consulta Pública do ProNEA
4. Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
5. Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental
6. O desafio do Movimento Sharing Nature na Educação Ambiental Contemporânea
7. Portfolio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental

Próximos números

8. Programa Nacional de Formação de Educadoras (es) Ambientais
9. Chico Mendes
10. Municípios Educadores Sustentáveis: passo a passo
11. Educação a Distância na Formação de Educadores Ambientais
12. Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil

Diretoria de Educação Ambiental
Secretaria Executiva
Ministério do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios – Bloco B – Sala 553
CEP 70.068-900 – Brasília – DF
Tel. (61) 4009-1207
Fax. (61) 4009-1757
www.mma.gov.br/ea
educambiental@mma.gov.br

Coordenação Geral de Educação Ambiental
Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade
Ministério da Educação

Av. L2 Sul – Quadra 607 – Lote 50 – Sala 212
CEP 70200-670 – Brasília – DF
Tel. (61) 2104-6142
Fax. (61) 2104-6110
www.mec.gov.br
ea@mec.gov.br

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Ministério da Educação - MEC

